

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

LEILIANE SOUZA BHERING

**GEOGRAFIA E GÊNERO: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE
MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO BAIRRO BOM JESUS – VIÇOSA
(MG)**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

LEILIANE SOUZA BHERING

**GEOGRAFIA E GÊNERO: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE
MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO BAIRRO BOM JESUS – VIÇOSA
(MG)**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2014

LEILIANE SOUZA BHERING

**GEOGRAFIA E GÊNERO: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE
MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO BAIRRO BOM JESUS – VIÇOSA
(MG)**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

APROVADA: 24 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
(DGE/UFV) Orientadora

Prof. MsC. Alair Ferreira de Freitas
(CEPEAD/ UFMG)

Prof^ª. Dra. Marilda Teles Maracci
(DGE/UFV)

À minha mãe Geni, a todas as mulheres que participaram deste trabalho e à memória da minha avó “Dona Tita”. Mulheres chefes de família que com coragem lutaram e lutam por uma vida melhor e mais digna, mulheres do seu tempo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Geni, mulher chefe de família, que com muita luta, amor e sonhos é um exemplo de mulher, de vida e coragem. Ao meu pai Lindonor pelo incentivo e pelo modo simples de sentir e ver a vida.

Às minhas irmãs Gerlane e Marilane pelo apoio, amor e amizade, por acreditarem sempre na minha capacidade de crescer.

Ao Alex Bhering (Shiu), companheiro de todas as horas, por seu amor, incentivo e por ser uma pessoa “tão” “tão” querida.

À professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, pelos momentos de aprendizagem, pelas orientações, paciência e sugestões para esse trabalho.

Ao amigo e professor Alair Ferreira de Freitas, pelos incentivos, pela disposição em ajudar a tornar esse trabalho possível.

À professora Janete Regina de Oliveira, uma grande referência pra mim na academia e a quem também devo muito pelas orientações e oportunidades de crescimento intelectual.

Ao professor André Luiz Lopes de Faria, pelos momentos de aprendizagem e, sobretudo pela amizade e oportunidade de crescimento.

A todas as mulheres que participaram da pesquisa, que com muita disponibilidade e generosidade me contaram um pouco de suas vidas, tornando possível este trabalho.

A todas as amizades feitas no bairro Bom Jesus, que contribuíram com as indicações as mulheres a serem entrevistadas, em especial a Leise, que gentilmente me acompanhou em atividades de campo e cedeu o seu salão de beleza, que muitas vezes serviu como um “laboratório” para as observações de campo.

Às/aos amigas/os de diversos momentos de minha trajetória, que fizeram parte do meu crescimento pessoal e intelectual. Especialmente a Darlene (Darling) e Eliana (Piri) pelos momentos agradáveis e pela amizade durante essa vida de geografias.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender as trajetórias socioespaciais de mulheres chefes de família do bairro bom Jesus, em Viçosa-MG, bem como analisar a relação dessas mulheres com o seu espaço vivido. Para a realização desse estudo, foram abordados os conceitos de gênero, espaço, espaço vivido e lugar. Após as entrevistas qualitativas com cinco mulheres chefes de família, constatou-se através das suas histórias de vida o quanto o seu espaço de vivência condiciona a sua posição de chefia, assim como a sua posição de chefia condiciona o seu espaço vivido. Todas essas mulheres se reconhecem como chefes de suas famílias, e expressam o quanto essa responsabilidade pela manutenção da casa e pela educação dos filhos exige muita luta e força de vontade para vencer os obstáculos presentes no dia a dia. Os problemas enfrentados por elas vão além das condições físicas apresentadas na periferia urbana, que afetam diretamente a sua mobilidade espacial. Mas também aparecem pelas manifestações simbólicas através do preconceito em torno de ideias construídas sobre o que ser uma mulher e chefe de família. No entanto, são os laços de afetividade pelo espaço vivido e também as manifestações das redes de solidariedade, que fazem com que essas mulheres criem um vínculo maior com o bairro e demonstram a satisfação em viver em tal espaço. A dimensão dessas e outras questões colocadas neste trabalho são demandas sociais marcadas por um espaço e tempo, de verdades universais muitas vezes naturalizadas pelas relações de poder. É nesse sentido que a geografia do gênero pode contribuir com as discussões acerca das temáticas femininas, adotando um saber científico que supere qualquer atitude ou ideia hegemônica. Colocando em discussão e análise os elementos que constituem o cotidiano das mulheres e sua espacialidade, a partir de relações materiais e simbólicas presentes na complexidade espacial.

Palavras-chave: Geografia e Gênero; Mulher chefe de família; Trajetória socioespaciais.

ABSTRACT

This study aimed to understand the socio-spatial trajectories of women householders of Bom Jesus's neighborhood in Viçosa-MG, to examine the relationship of these women with your living space. To conduct this study, the concepts of gender, space, lived space and place have been applied. After qualitative interviews with five women householder, observed through their life stories how your living space determines its position of leadership, as well as its leading position determines your living space. All these women see themselves as heads of their families, they express how much this responsibility for maintaining the home and children's education requires a lot of determination and willpower to overcome the obstacles present in everyday life. The problems faced by them beyond the physical conditions presented in the urban periphery, this affect directly their spatial mobility. But also can be noted with symbolic manifestations through of prejudice built around ideas about what being a woman and householder. However, the ties's affection for lived space and also demonstrations of solidarity networks, makes these women create a greater bond with the neighborhood and shows the satisfaction of living there. The size of these and other questions in this study are marked by social demands space and time, universal truths often naturalized by power relations. It is in this sense that the gender geography can contribute to discussions about women's issues, by adopting a scientific knowledge that surpasses any attitude or hegemonic idea. Discussing and analyzing the elements that constitute the daily lives of women and their spatiality, through material and symbolic relations present in spatial complexity.

Keywords: Geography and Gender; women householder; socio-spatial trajectory

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	3
1.1.1.A escolha da área de estudo.....	3
1.1.2.As mulheres entrevistadas	7
1.1.3.Procedimentos na realização das entrevistas	10
2. CAPÍTULO 1: GEOGRAFIA E GÊNERO: CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA PARA A CIÊNCIA GEOGRÁFICA	12
2.1. Um panorama da abordagem de gênero na geografia	12
2.2. Espaço e Gênero.....	17
2.3. Espaço Vivido	20
3. CAPÍTULO 2: A FAMÍLIA BRASILEIRA E CHEFIAS FEMININAS	25
3.1. Novas configurações familiares	25
3.2. Famílias chefiadas por mulheres	28
3.3. Mulheres chefes de família e trabalho.....	31
3.4. Feminização da Pobreza.....	34
4. CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO BAIRRO BOM JESUS	39
4.1. Quem são as mulheres chefes de família?.....	39
4.2. Construindo um perfil das mulheres entrevistadas	40

4.3. As mulheres chefes de família e o trabalho.....	43
4.4. Trajetórias espaciais: mobilidade espacial no cotidiano das mulheres chefes de família.....	45
4.5. Trajetórias sociais: o espaço vivido das mulheres chefes de família	47
4.6. Construções identitárias em torno da posição da chefia feminina	53
4.7. Trajetórias em construção: o que as mulheres chefes de família esperam do futuro?	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	61
ANEXO A	65

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre mulheres chefes de família requer muito respeito e inspiração. Relatar parte da vida dessas mulheres é dar voz a quem talvez nunca tenha se colocado frente a sua própria história de vida. Com este trabalho, convidamos mulheres chefes de família do bairro Bom Jesus, no município de Viçosa – MG a relatarem suas trajetórias socioespaciais travadas no dia a dia, que caracterizam suas histórias de vida e nos dizem muito sobre as configurações familiares, os espaços vividos e a própria condição de chefia que elas assumiram em suas famílias.

As motivações que nos levaram a investigar questões ligadas a mulher, em especial à mulher chefe de família, suas trajetórias de vida e a sua relação com o espaço vivido, surgem a partir das reflexões a cerca das relações de gênero na sociedade, principalmente dentro da esfera familiar, como pelas observações e vivência da cidade a partir de diferentes lugares e tempos. Estas questões concorreram para inquietações e somaram-se às discussões acadêmicas sobre a configuração e produção do espaço geográfico e os sujeitos nele presentes, bem como as relações de poder estabelecidas entre eles. Tais inquietações também foram ampliadas quando percebemos a carência de estudos relacionados a esta temática a partir de uma perspectiva geográfica.

Este trabalho procura dar dimensão à categoria de gênero, um elemento muito importante em nossas análises no sentido de entender a configuração das novas famílias, a relação da mulher e o mercado de trabalho, o fenômeno da feminização da pobreza, a mobilidade espacial das mulheres no espaço urbano, a relação delas com o espaço vivido, entre outros aspectos. Assim, o objetivo principal deste trabalho é compreender as trajetórias socioespaciais das mulheres chefes de família do bairro Bom Jesus e a sua relação com o seu espaço vivido, analisando como ele influencia e é influenciado por sua posição de chefe de família.

Para analisarmos essas questões, utilizamos o conceito de espaço vivido, fundamentando a partir dele as análises sobre a relação das mulheres chefes de família com o seu cotidiano. Souza e Ratts (2008) colocam que existe uma relação espacial nas relações de gênero e isto pode ser visualizado na interseção de várias categoriais sociais. Portanto, a noção de espaço que permeia a sua reflexão está vinculada às relações sociais que se estabelecem no processo de apropriação do espaço, o que implica na

constituição de diferentes espacialidades, que se relacionam com as ações de determinado grupo ou indivíduo.

Ainda sobre essa concepção de espaço, que tanto é importante para o nosso trabalho, Yu Fu Tuan (1983) nos diz que o aspecto subjetivo do espaço é manifesto quando este nos é inteiramente familiar, se tornando “lugar”. Assim, o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado, como nas relações estabelecidas no lar, com os cheiros e objetos que podem ser tocados, um mundo rico de complexidades, em que a sua hierarquia de espaços corresponde a necessidades sociais, é onde uns se preocupam com os outros (redes de solidariedade) e proporciona as pessoas um reservatório de lembranças e sonhos.

Percebe-se que a noção de espaço, tornado lugar, é tida como abstrata para um conjunto complexo de relações. Diante dessa complexidade e da importância analítica que o conceito nos reserva, buscamos fazer uma série de reflexões sobre a realidade subjetiva dessas mulheres chefes de família e dos significados que condicionam sua trajetória socioespacial. A partir de então levantamos algumas questões, tais como:

- qual a trajetória socioespacial dessas mulheres chefes de família?
- o que as torna chefes de família?
- como elas percebem a sua condição de chefia?
- qual a relação delas com o seu espaço vivido?
- como elas se relacionam com as redes de solidariedade construídas no seu dia a dia?
- como acontece a sua mobilidade espacial?
- O que elas esperam do futuro?

Esses questionamentos nos fazem pensar que a Geografia enquanto uma ciência tem grandes desafios conceituais e teóricos para entender as diferenças e marcas deixadas pela mulher no espaço, isto é, procurar entender como a mulher e, em especial, a mulher chefe de família, se relaciona no seu bairro, com os seus vizinhos, amigos e parentes, e como estas relações sociais configuram seu espaço vivido.

As discussões que trazemos nesse trabalho, fazem parte da chamada geografia dos gêneros e da geografia feminista, campos de interesse para estudiosos preocupados em refletir sobre a condição da mulher num mundo sexista, permeado de relações de poder que resultam em diferentes formas de exclusão social. “A geografia do gênero tem como objetivo principal analisar as relações existentes entre espaço e gênero,

determinando papéis e funções dos gêneros, a divisão do trabalho e as relações de poder entre eles” (SOUZA e RATTTS, 2008, p. 149). Deste modo, estruturamos o trabalho em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo discute algumas questões que envolvem a geografia do gênero, trazendo a relação entre espaço e gênero e o conceito de espaço vivido. O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre a configuração de novas famílias, em particular as famílias chefiadas por mulheres, a relação da mulher chefe de família e o mercado de trabalho e a feminização da pobreza. No terceiro capítulo, que desenvolve a análise da base empírica desta pesquisa, sistematizamos as histórias de vida das mulheres chefes de família entrevistadas, relatando suas trajetórias socioespaciais, enfatizando as suas relações com o mercado de trabalho, a mobilidade espacial, a relação com o espaço vivido, a construção identitária na posição de chefia e seus planos para o futuro.

1.1. OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1.1. A escolha da área de estudo

A escolha por trabalhar com mulheres chefes de família especificamente do bairro Bom Jesus baseou-se em primeiro plano nos dados apresentados pelo Centro de promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS) 2012 do município de Viçosa. Uma pesquisa que apresentou parte do perfil social, econômico e político do município. Dentro desses aspectos o bairro Bom Jesus foi uma das regiões do município com a maior concentração de moradores, além de ser o bairro que apresentou o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade.

O bairro Bom Jesus por ser um dos maiores bairros populares da cidade, apresenta uma paisagem nitidamente heterogênea, e como afirma Coutinho (2010 p. 38), ele “pode ser dividido segundo seus níveis de organização e proficiência de serviços básicos. Como o bairro se inicia numa área de relevo mais suave e se estende a uma área de “morro” o bairro acabou sendo fragmentado conforme a característica física que ocupa”.

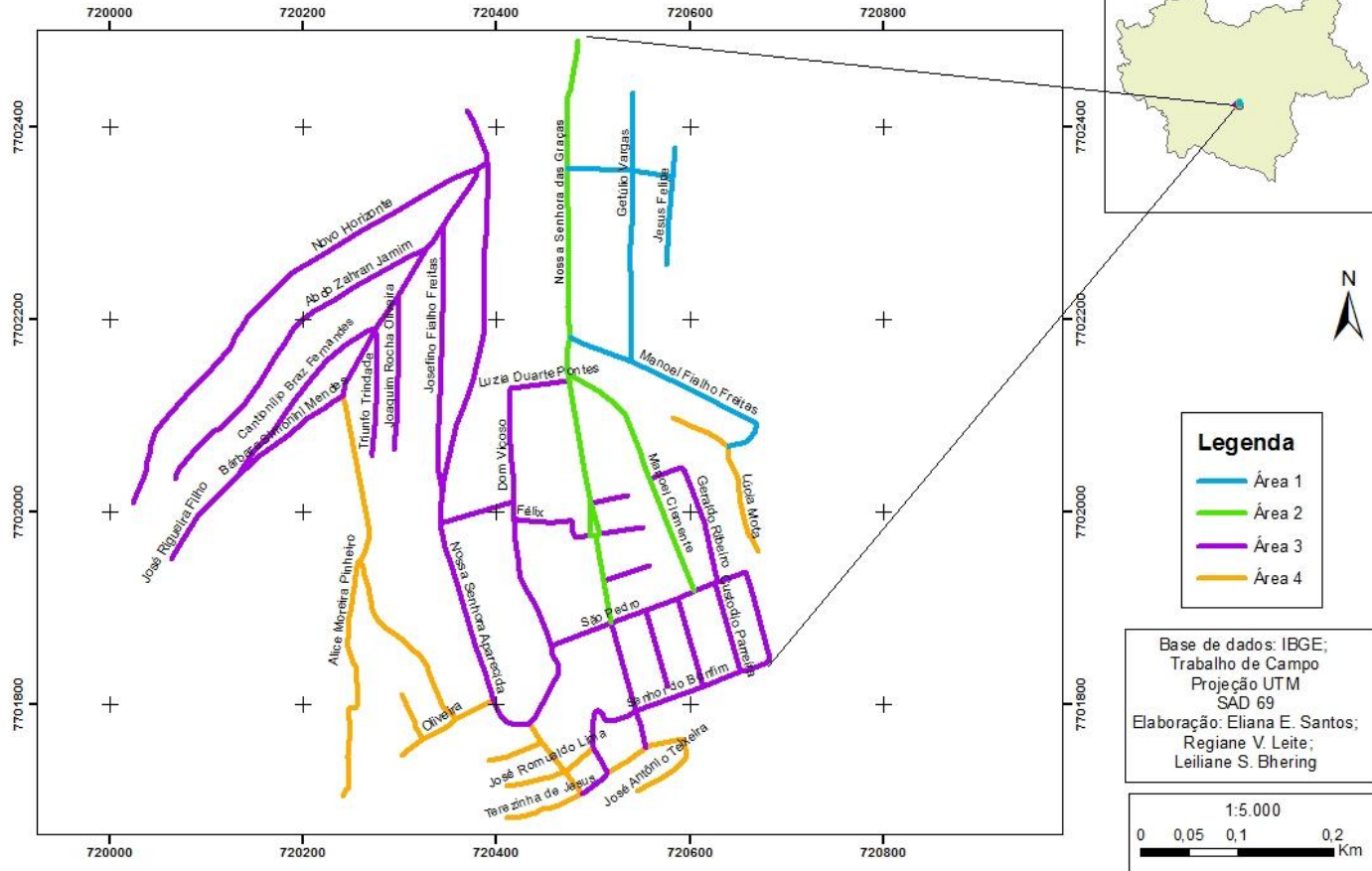
Desta forma, podemos dizer que o bairro possui quatro áreas distintas. Sendo a 1º área de relevo mais acidentado, porém não tão íngreme, contendo uma parte da população com maior renda e, por consequência, apresentando casas com padrão estético mais robusto e as ruas com boa infraestrutura. A 2º área é composta por relevo mais plano e ocupada por moradores com maior renda, apresentando construções

aparentemente planejadas e as ruas também conservadas e dotadas de boa infraestrutura. Na 3ª área, o relevo é intermediário, e se estende entre a área de menor declividade e o início da área mais íngreme do bairro, onde grande parte das casas não são totalmente acabadas, as ruas são mais estreitas e é perceptível que os serviços públicos são mais escassos. A 4ª área é composta por um relevo extremamente íngreme, e apresenta casas em áreas de ocupações de risco, as ruas são totalmente precárias, apresentando muito mato e esgoto a céu aberto em alguns trechos.

A partir dessa caracterização do bairro, notamos que as áreas 3 e 4 são caracterizada pela ocupação da população de baixa renda. Além disso, são também as áreas mais violentas. Vale ressaltar que entre as mulheres entrevistadas, uma morava na área 2; três na área 3 e uma na área 4. Assim, para entender melhor a distinção dessas quatro áreas, o mapa 1 mostra a delimitação dos “quatro Bons Jesus”.

Mapa 1

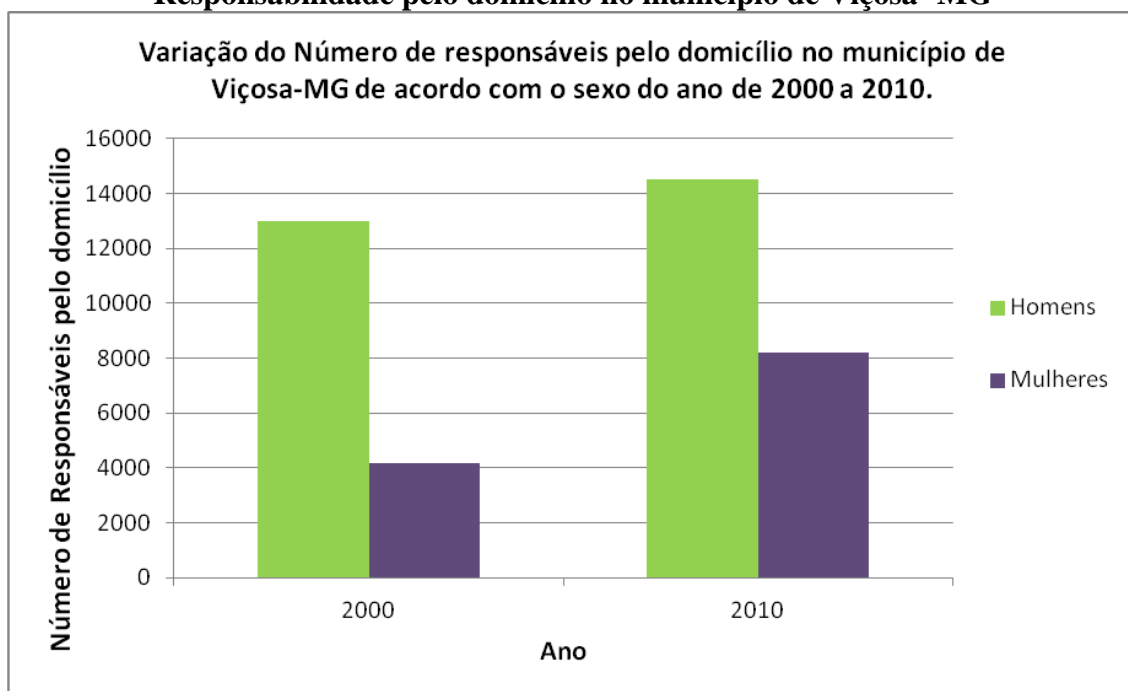
Delimitação das quatro áreas do Bairro Bom Jesus de acordo com as impressões do trabalho de campo



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ainda de acordo com o Retrato Social de Viçosa IV, a população do município praticamente triplicou nas últimas quatro décadas, passando de 25.784 habitantes em 1970 para 73.000 em 2011. Os dados do IBGE (2010) mostram que, o número de mulheres chefes de família na área urbana do município de Viçosa representa em termos absolutos 34.886 de uma população estimada em 72.220 habitantes neste ano. Ou seja, mais que a metade da população masculina, estimada em 32.419. O GRÁFICO 1 mostra que o percentual de famílias chefiadas por mulheres em Viçosa, passou de 24,35% para 36,15% entre 2000 e 2010. Segundo o IBGE, os domicílios com responsabilidade feminina podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, uma vez que, 91,4% deles estão localizados nas cidades, enquanto 8,6% estão em limites rurais.

GRÁFICO 1
Responsabilidade pelo domicílio no município de Viçosa -MG



Fonte: adaptado de IBGE - Censo Demográfico

Pacheco (2005) relata que os motivos que levam as mulheres a responsabilidade pelo sustento da família são decorrentes do divórcio, separação, viuvez, bem como a coabitação com um parceiro que a legitima como responsável pela renda familiar. Um dado importante que consideramos nesse trabalho foi a distribuição da população por faixa etária nas regiões do município. Verificamos em nossa pesquisa que o bairro Bom Jesus compreende as mais altas proporções de mulheres com faixa etária acima de 25 anos no município, idade que abrange a vida adulta das mulheres. Além disso, a região

viçosense com maior número de famílias socialmente vulneráveis foi o bairro Bom Jesus, com 819 ocorrências, correspondendo a 29,99% do total das famílias da região.

Os dados apresentados pelo CENSUS – 2012, que nos ajudaram na escolha da área de estudo, não foram voltados especificamente para um trabalho sobre mulheres chefes de família em Viçosa, mas serviram como indicativos de aspectos nos quais muitas delas podem se enquadrar, principalmente ao se tratar de mulheres de baixa renda e moradoras da periferia.

1.1.2. As mulheres entrevistadas

Em nossa pesquisa de campo contamos com a participação de cinco mulheres chefes de família, residentes do bairro Bom Jesus, na cidade de Viçosa-MG.

A partir do esforço das questões teóricas acerca das discussões sobre geografia e gênero, para a construção desse trabalho, buscamos analisar em campo a trajetória de vida de mulheres chefes de família e a sua relação com o espaço vivido. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada nas histórias de vida das mulheres chefes de família entrevistadas.

Segundo Garcia (2004, p. 547),

a história de vida capta a dinâmica, as características e parâmetros da cultura individual. Através dela é possível perceber como o sistema sócio cultural afeta o comportamento individual, valores, auto-imagem. Por outro lado, o indivíduo afeta a comunidade em que vive, atuando como uma fonte de mudança cultural significativa. História de vida fornece o aspecto social, o psicológico e a interface entre ambos.

Desta forma, esse método foi apropriado para esse trabalho, por “abarcando a dimensão subjetiva do ator social, possibilitando que a história de um único indivíduo reflita um momento histórico geracional, revelando valores de uma sociedade e os processos de mudança social” (GARCIA, 2004, p. 547).

O perfil das mulheres participantes da pesquisa é apresentado no QUADRO 1 que foi construído a partir das informações passadas por elas. Este perfil nos apresenta dados importantes que serão analisados mais adiante, e relacionados com outros aspectos das falas das entrevistadas. É válido ressaltar que foram atribuídos nomes fictícios às entrevistadas para preservar suas reais identidades. Em homenagem a estas mulheres chefes de família, que representam cotidianamente a sua fortaleza diante das dificuldades da vida na periferia urbana, elas foram aqui nominadas com nome de

flores, representando simbolicamente a sensibilidade que elas também expressam através da sua subjetividade.

Considerando a importância e complexidade deste método de pesquisa qualitativa, que visa uma análise mais profunda sobre a história de vida e não aspectos superficiais de suas condições atuais, o dimensionamento da amostra, os sujeitos de pesquisa foram definidos sem definição estatística. Considerando a existência de diferentes modelos de famílias chefiadas por mulheres, escolhemos trabalhar com mulheres que tinham filhos, solteiras e também aquelas que possuem ou já possuíram um cônjuge. Acreditamos que mesmo a mulher possuindo um cônjuge, as dificuldades e problemáticas como chefe de família são visíveis. Isto porque, para algumas delas, o marido não contribui com as despesas do lar e acaba responsabilizando-as como a única responsável pela renda familiar. E a presença dos filhos reforça a responsabilidade pela família.

As mulheres entrevistadas foram escolhidas seguindo a indicação das pessoas do bairro e das próprias entrevistadas à medida em que iam sendo realizadas as entrevistas. O número de cinco entrevistadas foi definido pelo volume dados coletados e pelo critério de saturação, uma vez que os perfis das mulheres chefes de família já estavam se repetindo.

QUADRO 1

Características das mulheres chefes de família entrevistadas moradoras do bairro Bom Jesus

Nome* (colocar nota de rodapé)	Idade	Escolaridade	Profissão/ocupação	Estado civil	Nº de filhos	Idade dos filhos (anos)	Número de familiares residentes	Tempo que mora no bairro (anos)
Rosa	42	1º ano do ensino médio	Empregada doméstica	Solteira	3	13; 17; 20	3	36
Violeta	42	Ensino médio completo	Vendedora autônoma (marmitex, roupas, calçados, etc)	Separada	2	22; 24	3	7
Margarida	53	4º ano do ensino fundamental	Vendedora autônoma (marmitex)	Casada	3	25; 26; 29	2	43
Gardênia	30	2º ano do ensino médio incompleto	Empregada doméstica e segurança	Casada	1	10	2	30
Angélica	33	8º série do ensino fundamental	Empregada doméstica	Solteira	4	9; 12; 16; 19,	5	31

Além desse procedimento metodológico, utilizamos dados quantitativos para fazer a escolha da área de estudo.

1.1.3. Procedimentos na realização das entrevistas

A partir de visitas de campo ao bairro Bom Jesus, fizemos contatos com alguns moradores que nos indicaram as mulheres que poderiam participar da pesquisa. A partir do contato com essas mulheres, também foram surgindo outras indicações. Duas entrevistas aconteceram no momento de idas a campo, e foram realizadas em um salão de beleza. Local de encontro e de lazer de muitas mulheres do bairro. As outras aconteceram na própria casa das entrevistadas e marcadas antecipadamente.

É válido ressaltar que as entrevistas realizadas no salão de beleza, tiveram várias interferências das demais mulheres que estavam no local. Em muitos momentos, elas interrompiam a entrevista e acrescentavam algum fato. Acreditamos que estas atitudes mostram o quanto a vida dessas mulheres chefes de famílias se tornam pública em alguns aspectos, a ponto dos vizinhos reconhecerem a dimensão da vida dessas mulheres enquanto chefes de família. Em um primeiro momento ficamos preocupados, pois, esse local poderia deixar as entrevistadas inibidas e interferir em suas respostas. Entretanto, elas se mostraram a vontade em falar das suas vidas e, em muitos momentos, percebemos que o momento serviu como desabafo, um alívio em falar de problemas que já passaram.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, que abordou questões referentes aos objetivos da pesquisa. Esses objetivos foram apresentados às entrevistadas, sendo reapresentados no início de cada entrevista. Os encontros com as entrevistadas duraram cerca de meia hora. Elas foram informadas que não seriam identificadas, bem como foi assegurado a elas que as entrevistas tinham um caráter confidencial.

Os tópicos do roteiro (ANEXO A) seguiram basicamente algumas temáticas como, identificação, aspectos da sua trajetória de vida, os motivos que levaram as mulheres a chefia de suas famílias, como elas se reconhecem como chefes de família, questões sobre os filhos, a sua profissão, a sua relação com espaço vivido, expectativas para o futuro, sonhos. Para registrar as entrevistas utilizamos um gravador com o consentimento prévio das participantes. A gravação foi realizada para obter com maior veracidade os relatos das mulheres entrevistadas.

Analizamos os dados obtidos por meio de registro e transcrições das entrevistas e dos documentos utilizados na pesquisa. Esse trabalho consiste na transcrição, leitura e análise de todas as informações obtidas, organizando-as e conciliando-as com as questões que norteiam o tema da pesquisa. Após a revisão da literatura pertinente ao tema e de lida toda a transcrição das entrevistas, o cotejamento dos dados deu-se início com a identificação de categorias analíticas, as quais representassem o conteúdo empírico disponível. O conteúdo foi alocado nas seguintes categorias analíticas: (i) as mulheres chefes de família e trabalho, (ii) mobilidade espacial, (iii) espaço vivido, (iv) construções identitárias sobre a condição de chefia, e (v) perspectivas futuras a partir da condição de chefia. Estas categorias orientaram a estruturação dos resultados e discussões sobre os dados coletados.

2. CAPÍTULO 1: GEOGRAFIA E GÊNERO: CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA PARA A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

2.1. Um panorama da abordagem de gênero na geografia

Algumas questões, como as novas formas de família, a exclusão das mulheres em diversos setores do mercado de trabalho, o aumento das mulheres chefes de família, entre outras, emergiram como problemas sociais preocupantes nos países mais desenvolvidos. Paralelamente, as situações de injustiças que atingiam as mulheres de países periféricos, também foram progressivamente denunciadas (ANDRÉ, 1990). Segundo esta autora, a geografia não foi alheia a estas questões, e a preocupação teórica com elas, especialmente, no início dos anos oitenta, deu origem ao campo denominado “geografia feminista”.

Estavam sobretudo em foco, nesses estudos, as diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres e as consequências na organização e utilização do espaço. Embora excessivamente descritivas e limitadas a uma visão da sociedade onde a diferenciação com base no gênero é nitidamente sobrevalorizada, essas análises contribuíram para uma reformulação conceptual da geografia humana (ANDRÉ, 1990, p. 336).

As “Geografias Feministas” emergem dentro de um contexto em que a ciência geográfica hegemônica, marcada pelos privilégios de raça e sexo, é contestada pelos grupos que reivindicavam uma ciência de cunho social e que pudesse dar visibilidade aos grupos marginalizados da sociedade.

Além disso, tal campo busca a produção de um saber que superasse a visão eurocêntrica da ciência, tida como moderna, objetiva, neutra e universal. Esse tipo de saber enfatiza as dualidades existentes na sociedade: bem e mal, homem e mulher, superior e inferior, entre outras. Silva (2009) ressalta a ideia de McDowell (1999) e Rose (1993) ao colocar que, na geografia, essa visão dualista foi expressa de forma hierarquizada, privilegiando as características masculinas em relação as femininas. Tal modelo pode ser analisado da seguinte forma:

QUADRO 2

Dualidades oposicionais presente no pensamento científico sobre o universo masculino e feminino

Masculino	Feminino
Transcendência	Imanência
Racional	Irracional
cultura	Natureza
Atividade	Passividade
Razão	Emoção
Mente	Corpo
Público	Privado
Produção	Consumo
Trabalho	Ócio
Independência	Dependência
Poder	Submissão
Força	Fragilidade
Rua	Casa

Fonte: Silva, J. M. Fazendo Geografia: pluriversalidade sobre gênero e sexualidade. 2007. p.30).

Podemos verificar nas formações desse quadro um modelo no qual o discurso geográfico científico é generificado e hierarquizado, mostrando que as características masculinas são consideradas superiores em relação às femininas. Nesse sentido, as geógrafas feministas estavam dispostas a tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculinos e femininos e as divisões espaciais acarretadas por essa dicotomia.

Para a autora, essa visão hierarquizada das referidas características masculinas sobre as femininas, pode ser vista da seguinte forma: “a paisagem como a natureza passiva é feminina, exemplificada pela noção da ‘mãe Terra’; em oposição, constrói-se a ideia de conquista e dominação da natureza, realizada pela razão e pelo trabalho ‘do homem’ que produz o espaço” (SILVA, 2009, p.30).

É interessante a exposição de McDowell (1990), pois denota essa divisão binária, que está intimamente ligada ao que é “natural” e o que é “cultural”, bem como as regulações de quem ocupa determinado espaço e quem está excluído dele. Consequentemente, esta forma de pensar é a estrutura científica presente na geografia.

Silva (2003) considera os argumentos de geógrafas como Bondi (1992) e Demosh (1996) sobre a importância da história da construção do conhecimento para

compreender a manifestação de alguns conceitos como ferramentas teóricas. Ou seja, no caso da geografia, a produção do conhecimento, por muito tempo esteve ligado ao androcentrismo, sendo as características masculinas sempre relacionadas à racionalidade, ao científico e ao público. Todas essas questões nos permitem compreender porquê atualmente na ciência geográfica existe uma relativa dificuldade de se “instituir uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina” (SILVA, 2003, p.32).

Para Silva (2009) a relação de poder estabelecida pelos grupos hegemônicos e conseqüentemente das suas teorias científicas, resultam na ausência e no silêncio de determinados grupos sociais. E compreender tudo isso que nos é invisível, é reconhecer que nada é por acaso, mas sim, uma forma específica de fazer e conceber a Geografia.

Os movimentos sociais da década de 1960, principalmente o movimento feminista foi de suma importância para as geógrafas que iniciaram suas ações contestatórias dentro da Geografia nos anos 1970. Neste período as feministas tinham como principais objetivos: “construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina” (Women and Geography Study Group 1984 *apud* Silva, 2009). Assim, o grupo de mulheres, dos não brancos e os que não se encaixavam na ordem heterossexual dominante, paulatinamente entram nos debates travados de uma nova versão da ciência geográfica, que se mostra mais expressiva nos anos 1990.

Nesse contexto, as geógrafas inglesas, estadunidenses e canadenses assumem o projeto político de desenvolver a temática de gênero dentro da geografia, dando visibilidade as mulheres dentro das instituições acadêmicas e na ciência. Silva (2006) descreve um estudo realizado nos anos de 1990, por geógrafas feministas nos países anglo-saxões, mostrando a evolução do campo da geografia feminista. Ela sintetiza as principais teorias, métodos e conceitos utilizados nesta área da geografia. As ideias desse campo podem ser observadas da seguinte forma:

QUADRO 3

Tradições na pesquisa geográfica feminista

Perspectiva	Abordagens teóricas	Referências metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na geografia	“recenseamento” das mulheres; a geografia das mulheres; empirismo feminista ;	Mapeamento de padrões espaciais de atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista	Mulheres e a cidade; Mulheres e emprego; Mulheres e desenvolvimento;
Feminismo Socialista	Feminismo socialista; Marxismo; Gênero e desenvolvimento;	Materialismo histórico; Combinação de Teoria e prática;	Relações entre patriarcado e capitalismo; Estruturas sócio-espaciais da casa e local de trabalho; Papéis de Gênero no Terceiro Mundo;
Terceiro mundo/feminismo e políticas da diferença	Pós – estruturalismo; Pós – colonialismo; Teoria racial;	Análise de discurso; Pesquisa Participativa; História de vida; Políticas de trabalho de campo;	Desafio às formas absolutas eurocêntricas do conhecimento; Planejamento e desenvolvimento de gênero; Diferenças no curso de vida;
Feminismo e “nova” geografia cultural	Teoria “Queer”; Pós-modernismo; Teoria Psicanalítica; Representação Cultural	Posicionalidade e flexibilidade; Análise textual; Narrativas; Etnografia	Produção do conhecimento é relacional; Espaço e sexualidade; O corpo e as políticas de identidade; Espaços imaginários e simbólicos;

Fonte: Johnston et al.2000; Jones, Nast and Roberts 1997; WGSF 1997 apud OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy 2003.

Enquanto os estudos se mostraram mais avançados nos países centrais, no Brasil a discussão sobre gênero na geografia ainda é pouco expressiva se comparado às outras ciências sociais. E “como trabalhar empiricamente com aquilo que é ausente, silenciado ou invisível?” Silva (2009) ressalta os argumentos de Boaventura de Sousa Santos (2004), sobre a construção da “sociologia das ausências”:

[...] activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que sua simples formulação representa já uma ruptura com ela. Objetivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências e presenças. (SOUZA SANTOS, 2004, *apud*, SILVA, 2009, p. 786)

Não é no mínimo curioso e contraditório a impermeabilidade da perspectiva de gênero nas ciências geográfica, considerando que a geografia é uma ciência da

sociedade? Tendo em vista esta questão, Silva (2009, p. 60) afirma que, “qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análises”. E acrescenta que as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais.

Apesar do crescente papel da mulher na dinâmica social, a geografia brasileira ainda ignora alguns temas como, a feminização da pobreza, o aumento da proporção de mulheres chefes de família, as migrações femininas no mundo, a participação das mulheres nos movimentos camponeses, entre outros. Além disso, pouco se contribuiu para os estudos que possam dar visibilidade a vivência e espacialidade feminina (SILVA, 2009).

Neste sentido, trabalhar a inexistência e a falta de alguns temas, implica investigar o seu contrário, a existência, pois, tal ausência analisada do ponto de vista estrutural, é derivada de algumas premissas históricas e elementos correlacionados ao qual o discurso científico da geografia brasileira está subordinado, como por exemplo (SILVA, 2009, p. 76):

- a base eurocêntrica de constituição de saber;
- o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade;
- a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados como protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão.

Com base nessas críticas, a autora afirma que o movimento feminista na história da geografia passou a agir na busca pela visibilidade nas relações de gênero presentes entre homens e mulheres e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como estas relações se constroem simultaneamente e expor os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial.

Nesse, sentido “adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, o que exige novos caminhos metodológicos” (IDEM, p. 81). E para dar visibilidade às mulheres e aos diversos grupos que ficaram por muitos tempos invisíveis no discurso geográfico, é preciso desconstruir alguns elementos hegemônicos e trazer para o debate as relações de gênero para a investigação geográfica.

Assim, falar aqui de gênero e espaço geográfico, mesmo que ainda de maneira não muito aprofundada, se faz necessário para criar um caminho próprio da geografia para a compreensão das realidades sociais.

2.2. Espaço e Gênero

A palavra espaço tem sua origem do latim "spatium". Sua definição nos remete a ideia de passo, aquilo que se pode medir aos passos, colocando assim a ação humana como evidência. Por outro lado, o termo "core" revela o sentido de vida, de existência do lugar. Tudo isso ganha sentido a partir da existência e da relação do homem e da mulher com o cenário. A partir da ação humana, da materialização das atividades, o espaço se movimenta, ganha o significado de pulsar, de vida. Isso acontece de forma desigual, o que nos faz compreender que a relação do homem/mulher acontece em diferentes escalas da superfície terrestre e que esta relação constitui-se no espaço geográfico (MACHADO, 1997 *apud* CAMPIGOTO, 2002).

Para Santos (1988, p.10), "o espaço não é uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisa e relações juntas". Este autor considera o espaço como "um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento".

O mesmo autor também afirma que o espaço,

(...) é a síntese, sempre provisória, entre conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (SANTOS, 2006, p. 71).

O que fica evidente nestas definições é a importância da atribuição do sentido de movimento e vida ao espaço, uma dimensão das relações sociais. Neste caso, a consideração do conceito de espaço geográfico não nos remete apenas ao aspecto físico ou quantitativo do lugar estudado, mas, sobretudo aos "aspectos qualitativos que determinam a dinâmica social, política, econômica e cultural das relações de gênero nele presente" (ALVES, 2009, p.152). E é exatamente este viés qualitativo que consideramos de suma importância para a proposta deste trabalho.

Considerar as relações entre gênero e espaço é papel da ciência geográfica em parceria com outras ciências preocupadas em investigar as relações sociais e suas

manifestações no espaço (SOUZA e RATTS, 2008). Assim, conceituando gênero, Campigoto (2002, p.96) ao utilizar das palavras de Scott (1990) afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. “O uso da categoria gênero serviu para diferenciar-se da categoria sexo, pois as diferenças entre homens e mulheres corresponderiam a uma construção social e não a uma especificidade sexual biológica” (SOUZA e RATTS, 2008, p. 150).

Para tanto, discutir relações de gênero requer um cuidado em relação a discursos simplificadores, que “[...]convertem o masculino e o feminino em campos estanques e homogêneos, como se homem e mulheres não apresentassem convergências nas suas experiências e representações, ou como entre homens e homens e mulheres e mulheres não existisse também divergências” (SORJ, 1993 *apud* MACÊDO, 2007, p. 148).

Nesse sentido, pensar sobre relações de gênero enquanto parte da vida social dos seres humanos, nos faz ampliar nossos olhares frente às simbologias que naturalizam e reforçam as relações de poder presentes no nosso cotidiano. Como por exemplo, a inferioridade das mulheres em diversos setores no mercado de trabalho, pela sua condição exclusão por ser chefe de família, por ser pobre, por ser negra, entre outros fatores.

Desta forma, é a partir da contemplação dos elementos simbólicos e materiais que constituem a relação entre espaço e gênero, que se pode ir além do espaço da reprodução, “instituinto, assim, o espaço da transformação” (JAMES DUCAN, 1990 *apud* SILVA, 2003, p. 40).

Na perspectiva desconstrucionista, o espaço é concebido de forma **paradoxal**: de um lado, compõe as representações sociais hegemônicas dos gêneros e das sexualidades; de outro, é elemento de subversão dessas mesmas representações, pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial. (SILVA, 2009, p. 47-48). (Grifo nosso).

Para entender a complexidade da trajetória de vida da mulher chefe de família a partir das questões de gênero, a geógrafa Joseli Maria Silva traz em seus trabalhos o conceito de Espaço Paradoxal, cunhado Rose (1993), uma reflexão que abre possibilidades de transformação e resistência dos sujeitos dentro dos padrões das relações de poder. O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica para a geografia, pois envolve variadas articulações e dimensões. “Em sua proposta teórica, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando

observadas através do espaço da luta e resistência. E tal perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso de espacialidade que ela nomeia de “Espaço Paradoxal”. (SILVA, 2003, p. 39).

Neste sentido, as pessoas não podem ser vistas apenas como constituindo um gênero, mas também, a raça, a religião, a sexualidade e a classe social, que são vivenciadas espacialmente e temporalmente. As diferentes identidades são construídas e reconstruídas por meio de um processo de mutualidade e reconhecimento, que envolve os seres humanos em relação a outros seres (IDEM).

Além disso, “a posição do indivíduo não é única, é multidimensional e plurilocalizada. Assim, um mesmo sujeito pode mudar sua posição em determinada estrutura de relação de forças, dependendo do elemento que se leve em consideração” (ORNAT e SILVA, 2007, p. 182).

Essas discussões a respeito da questão de gênero contribuíram para as geografias feministas, colocando o espaço como um elemento fundamental nas análises que primavam pelas diferenças. As novas abordagens envolviam a formação das identidades de gênero a partir das experiências concretas de cada pessoa, levando em consideração suas constantes definições indenitárias. (SILVA, 2009, p. 42).

Nesse sentido, Silva (2009, p. 43) elucida que, “o movimento feminista da geografia ampliou as noções das diferenças que marcaram profundamente o espaço, em qualquer escala adotada para análise, e qualquer que seja o foco de interesse, vinculado às complexas relações entre corpos, identidades e poder na produção material e simbólica do espaço”.

Podemos entender que a geografia de gênero é o lugar de encontro entre gênero e espaço. Para Alves (2009, p. 148), “uma vez que, ao estudar as representações de gênero dentro de espaços definidos, acreditamos poder aprofundar na discussão a respeito das características diferenciais, na relação com o espaço e experiências cotidianas, entre os homens e as mulheres, inclusive em áreas consideradas de exclusão social”. Tudo isso é muito interessante, se pensarmos como as mulheres chefes de famílias reproduzem e vivenciam o seu espaço. Assim, como os seus processos de lutas e conquistas se manifestam no espaço geográfico.

Além disso, devemos refletir como a sua condição de chefe de família implica na sua mobilidade espaço-tempo. Quando essa questão vai influenciar nas decisões e nas ações que essas mulheres têm que tomar ou viverem diante da sua condição de chefia. Assim como, essa condição cria uma representação social e se materializa através das redes de solidariedade entre elas e as pessoas mais próximas do seu espaço vivido.

Para Alves (2009), é nesta perspectiva que a geografia tem se apropriado deste debate, pensando em como as representações sociais são resultantes do cotidiano vivenciado que se reflete nas relações entre as pessoas e entre cada um com si mesmo, porque somos todos produtores e consumidores do espaço. Por isso, é interessante pesquisar como gênero e o espaço vivido se relacionam para dar origem e significado às experiências, sentimento e valores das pessoas em relação ao seu entorno, para formar parte da sua identidade.

Neste caso para entendermos melhor como essa realidade é concretizada no espaço, vamos apontar alguns aspectos relevantes sobre a compreensão do espaço vivido. Pensamos que o emprego de tal noção pode nos auxiliar, na compreensão da formação da identidade das mulheres chefes de família com o seu espaço vivido. Uma vez que, uma abordagem feminina na produção do espaço necessita de um olhar especial ao cotidiano, principalmente aos grupos sociais que por muito tempo foram silenciados pela ciência e conseqüentemente foram questões menos importantes na análise do espaço geográfico.

2.3. Espaço Vivido

Trabalhar com o espaço vivido é lidar com a subjetividade, sugerindo o envolvimento do pesquisador com os sujeitos envolvidos na pesquisa. A forma de captar as informações e seus significados “está muito ligada à interação que existe entre todos os envolvidos e a informalidade dessas relações. É uma construção que capta e analisa de forma concomitante o vivido, espacial e temporalmente” (MOTTA, 2003, p.104).

A ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos e normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. A objetividade não

provém de regras estritas de observação, mas do uso possível das diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço (GOMES, 1996 *apud* MOTTA, 2003, p. 104).

Neste trabalho iremos compreender o espaço vivido intimamente ligado ao conceito geográfico de lugar, tanto na sua abordagem na Geografia Humanista quanto na Geografia Crítica¹. A primeira corrente associa o lugar a uma perspectiva mais subjetiva, ou seja, associa-se o lugar apenas ao espaço vivido. Já na Geografia Crítica, o lugar deixa de ser visto apenas como o espaço vivido, de tendência fenomenológica, e tende a ser considerado uma construção social (MOREIRA e HESPANHOL, 2007).

Nesse sentido, os mesmos autores afirmam que, “compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real e simbólico)” (IDEM, p. 49).

Em relação ao lugar na geografia humanista, as discussões caracterizam-se, principalmente, pelas relações afetivas desenvolvidas pelo indivíduo em relação ao seu meio ambiente, o lugar é produto da experiência humana e se refere aos tipos de experiência e envolvimento com o mundo. (PEREIRA, s/d, p. 6).

Tuan (1980) cria o conceito de topofilia para definir as emoções que se estabelecem entre as pessoas e o meio-ambiente na experiência pessoal, entretanto ela só se aplicaria a áreas de tamanho compacto, ou seja, que podem ser alcanças através dos sentidos.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. [...] Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 106).

Para este autor só a experiência é capaz de produzir lugares, já que ela permite atuar sobre o que está posto e criar a partir dele, ou seja, estabelecer relações afetivas com o espaço. Nesse sentido, ele destaca as diferenças de gênero como um importante fator na percepção espacial, uma vez que, os espaços de interação e de circulação

¹ Na década de 1970, a Geografia Humanística e a Geografia Crítica surgem como oposições ao positivismo, com posturas metodológicas, filosóficas e epistemológicas diferentes, mas com um ponto em comum - a compreensão do mundo e a busca de explicações sobre a relação sociedade natureza e os elementos intrínsecos nessa relação (HOLZER *apud* MOREIRA e HESPANHOL, 2007, P. 50).

permitido a cada gênero (de acordo com os papéis atribuídos a homens e mulheres) proporcionarão experiências de distintos espaços e lugares.

Outra perspectiva interessante é trabalhada por Anne Buttimer, ao teorizar as experiências de vida, considerando o espaço como um espaço vivido, definido como: “um conjunto contínuo e dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas” (BUTTIMER, 1985 *apud* PEREIRA, s/d, p. 7).

O mundo vivido foi um dos conceitos importados da fenomenologia para a Geografia Humanista; a ela se refere o mundo da vida e da experiência cotidiana. Nesse mundo busca-se captar a essência das coisas por meio da compreensão, cuja palavra-chave é a intencionalidade da consciência. Essa intencionalidade refere-se à relação entre os atos da consciência e como aparecem na consciência, e esta, por sua vez, se constitui a partir das experiências vividas. O lugar, produto da experiência pessoal vivida, permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais, só adquire uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele. (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 51).

Nesse sentido, cada pessoa possui um mundo vivido e atribui a este um significado específico. Pereira (s/d, p. 8) elucida que, o conceito de lugar na vertente humanista, “permite avaliar diferenças na significação do espaço, pois se atem às especificidades de raça, de geração e de gênero que antes eram ignoradas nas análises do espaço geográfico que ao buscar respostas para as contradições de classe, não se remetia a fatores que interferiam na vida diária dos sujeitos”.

Para Motta (2003), quando uma pessoa cria um sentimento de identidade, de pertencimento, este sentimento segue ao longo do tempo e no espaço, em grande parte por estar vinculado as estruturas sócio culturais históricas. Nesse sentido, entra a importância de um conhecimento maior para poder não simplesmente aceitar o seu lugar e o seu cotidiano como uma condição natural. Assim,

O conhecimento pode fazer brechas, apontar saídas quando o sentimento de pertencimento, por exemplo, amarra a pessoa a um mundo muito limitado, Reforçando o que se dizia anteriormente, não é representar um papel, mas ter consciência que aquele lugar e aquele cotidiano é o seu espaço vivido, bom ou ruim. Saber que é um tempo e é um espaço de possibilidades. (MOTTA, 2003, p. 57-58).

Diferentemente da Geografia Humanista que considerava apenas os elementos internos como responsáveis pela construção do lugar, a corrente crítica subsidia seus estudos com análises mais abrangentes, isto é, incorporando a ação dos fenômenos

externos. Assim, o lugar deixa de ser um mero espaço vivido e passa a ser uma construção socioespacial.

Numa perspectiva menos subjetiva e mais abrangente Carlos (2007), retrata este conceito numa dimensão histórica articulada à prática cotidiana, mesmo se aproximando da abordagem humanista.

Para a autora, o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado através da ligação entre habitante, identidade e o lugar. As relações que as pessoas estabelecem com o seu espaço habitado se manifestam no dia a dia nos modos de uso e nas condições mais banais. E o espaço pode ser sentido, apropriado e vivido através do corpo.

Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente, não é o que caracteriza a metrópole (IDEM, p. 17-18).

O lugar é compreendido como o palco dos acontecimentos, pela sua dimensão real, concreta e sensível. E a escala geográfica representada através do bairro, da rua, e até mesmo de uma cidade é de extrema importância para apreender e considerar o lugar.

Pois, “são os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso” (IDEM, p. 20). O espaço aqui é palpável e não são infinitos. É a rua, a praça, o bairro, ou seja, o espaço do vivido, espaços públicos e também o espaço privado, como o da casa. “O lugar é o mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos” (IDEM).

Moreira e Hespanhol (2007) ao falarem do pensamento de Milton Santos, colocam que o lugar para este autor, não compreende apenas o espaço vivido, mas acrescenta o cotidiano e a relação dialética entre o global e local, do novo e do velho. O

cotidiano permite, identificar e analisar as relações de vizinhança e também os conflitos e as diferenças presentes no lugar.

Para Santos (2006, p. 218),

no lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Diante destas definições, podemos dizer que o lugar nos permite compreender o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações do espaço vivido, e quanto ao nível do cotidiano, compreender os conflitos que ocorrem em uma escala muito maior, o mundo. Nesse sentido, “Da Geografia Humanística à Geografia Crítica a compreensão do lugar, enquanto um espaço vivido, construído nas relações sociais, abarca o cotidiano, a cooperação e as relações de conflito entre os indivíduos e o mundo” (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 57).

As considerações realizadas nesse capítulo mostram o quanto a ciência geográfica pode contribuir nas questões de gênero, em especial aquelas ligadas a realidade socioespacial feminina. Nesse sentido, é preciso reforçar o quanto este debate é importante para se tornar um objeto de estudo da geografia brasileira. Além disso, podemos notar o quanto os conceitos geográficos, particularmente o conceito de espaço e lugar, podem ser essências para uma compreensão mais ampla da realidade das mulheres chefes de família entrevistadas neste trabalho.

No próximo capítulo, iremos fazer uma reflexão sobre como as questões de gênero podem fazer um diálogo com temáticas relacionadas às novas configurações familiares, a presença da mulher no mercado de trabalho, o fenômeno da feminização da pobreza e como as mulheres chefes de família estão vivenciando essas questões diariamente.

3. CAPÍTULO 2: A FAMÍLIA BRASILEIRA E CHEFIAS FEMININAS

3.1. Novas configurações familiares

Hoje em dia tornou-se extremamente difícil fazer uma definição acerca do termo família. Apesar de ser definida pela complexidade, entende-se como família, “qualquer convivência sob o mesmo teto, sem outras especificações além da existência de algum tipo de afetividade que ligue as pessoas” (PETRINI *et. al.*, 2009, p. 267). Outras definições assinalam que há uma diversificação das formas familiares em nossa sociedade, o que torna difícil a tarefa de se fazer uma única definição do termo família.

Ao lado do tradicional modelo de família, encontra-se uma pluralidade familiar, discutido por Belardinelli (1996). Este autor mostra que a expressão “família tradicional” traz um significado ambíguo, uma vez que, o adjetivo “tradicional” remete ao passado, uma família que nos dias de hoje, não mais predomina ou não mais existe: famílias com muitos filhos, com uma rígida definição dos papéis, com certa subordinação da mulher, entre outros aspectos (IDEM). De acordo com Prado (1988), esse modelo familiar, por muito tempo foi o mais encontrado no Brasil, que se caracterizava por ter uma família composta essencialmente por um homem, uma mulher, os filhos, tendo eventualmente uma ou mais pessoas convivendo com eles. Tal modelo era denominado pelo autor como modelo nuclear de família.

Evidencia-se que a conceituação do que se considerava família – pais e filhos – mudou. Esta é a família do desejo de cada um, existente cada vez mais apenas na fantasia, pois mudou o mundo, mudaram se todos e cada um. Os laços biológicos, a heterossexualidade, a existência de, pelo menos, duas gerações lugar ao compromisso dos vínculos afetivos. Não deixa de ser estranho perceber que no mundo em que a tecnologia intervém de forma tão decisiva até na própria origem (fertilização *in vitro*, banco de sêmen) buscase uma priorização do compromisso afetivo (ZAMBERLAM, 2001, p. 13).

Por isso, conceituar família e conseqüentemente os seus papéis, se tornou algo cada vez mais difícil, tornando-se necessário remodelar a nossa forma de pensar e entender essa instituição, em vista das novas configurações familiares, hoje cada vez mais presentes na nossa sociedade.

Notamos que as mudanças ocorridas na família ao longo dos anos, são reflexos das transformações da própria sociedade, que, ao longo dos anos impulsionou a família a tomar novos rumos, fazendo com os valores tradicionais não mais prevalecessem. Desta forma, a “família encontra-se em constante modificação, por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. Integrada no processo social, passa por

transformações significativas” (PETRINI *et. al.*, 2009, p. 268). Assim, podemos considerar que:

Indícios das profundas mudanças na concepção de família encontra-se no perfil demográfico da população brasileira, com o aumento das separações e dos divórcios, o adiamento do casamento entre jovens, a redução significativa da nupcialidade, o incremento do número de famílias monoparentais e **das chefiadas por mulheres** (PNAD *apud* PETRINI *et al.* 2009, p. 262). (Grifo nosso).

Assim, podemos dizer que algumas dessas formas familiares são puramente novas, reafirmando cada vez mais uma legitimidade quanto aos diversos tipos de casamento e “formas alternativas de família” (PRADO, 1988).

De acordo com Wagner e Levandowski (2007), a diminuição no número de casamentos e o aumento de divórcios e separações também incrementam o fenômeno da diversidade dos arranjos familiares. Esses aspectos podem ser visualizados a partir dos dados do IBGE em 2011, que mostra que o Brasil registrou a maior taxa de divórcio desde 1984, havendo um aumento de 45,6% no número de divórcios, em relação a 2010. Segundo os mesmos autores, a alteração na lei que acabou com a exigência da separação prévia antes do divórcio, pode ter contribuído com o aumento desses números. Os dados ainda mostram que, entre o ano de 2001 e 2010, aumentou o número de casais que compartilham a guarda dos filhos menores, passando de 2,7% em 2001, para 5,4% em 2011, sendo que as mulheres ainda são as que mais ficam com a guarda dos filhos menores.

De acordo com o IBGE, as famílias brasileiras estão se tornando menores, fenômeno observado tanto na área urbana como na rural. Estas reduções também comprovam novas formas de organização da família. Os lares unipessoais e famílias formadas por mulheres sem cônjuge morando com os filhos são os dois tipos familiares que apresentam maior crescimento nos últimos tempos. (PACHECO, 2005).

De acordo com os dados do IBGE (2010), o número de mulheres chefes de família dobrou em uma década no Brasil. Os levantamentos mostram que o número saltou de 9,048 milhões para 18,617 milhões entre 2000 e 2010.

Wagner e Levandowski (2007) mostram que esta estatística, evidencia claramente as mudanças na configuração familiar, sendo que, a figura do homem, não mais aparece como o provedor ou responsável pelo lar, principalmente nas regiões metropolitanas, onde o acesso à informação e as oportunidades de emprego são mais favoráveis às mulheres. É um contexto que se mostra bem diferente de um tempo em

que havia um limite bem definido nos papéis dos homens e das mulheres na composição familiar.

Macêdo (2007, p. 149) elucida que, “para se estudar a família, o primeiro desafio é romper com qualquer tentação de tratar esse objeto (tão conhecido de todos nós) de forma neutralizada e ideologizada pelos padrões historicamente estabelecidos em torno do que é uma família”. Ainda utiliza das reflexões de Bourdieu (1997), quando nos remete que,

o discurso familiarista que todos nós incorporamos não apenas descreve uma realidade social, “mas também prescreve um modo de existência , a vida de família”, com certo número de características reconhecidas como “normais” e “específicas” deste grupo – o que significa pensar, por exemplo, no “modelo prototípico” da família conjugal nuclear, heterossexual, com chefia masculina e prole reduzida (IDEM).

Para tanto, a mesma autora nos diz que, se faz necessário entender a importância dos estudos de gênero como uma ferramenta para compreensão e análise do contexto familiar, de tal forma que permita questionar o modelo tradicional de família, que é visto como um modelo único e estático e que não permite mudança conjugal e nuclear, se mostrando sem conflitos e hierarquia. Além disso, enfatiza que os estudos de gênero têm nos possibilitado novas reflexões acerca das formas de pensar e viver as relações familiares em nossa sociedade. “É inconcebível, contemporaneamente, falar de família sem recorrer a sua enunciação de forma plural, isto é, *famílias*, esta é a saída para entender esse universo multifacetado, resultado de múltiplas determinações sociais” (IDEM).

Assim como coloca Testoni (2005, p. 20) ao citar Telles (1992), que para além das perspectivas tradicionais, “seria interessante investigar o que, hoje, numa sociedade complexa e diferenciada, urbanizada e industrializada, constrói a família como valor, como cultura, como sociabilidade. E, sobretudo, como espaço por onde se faz uma experiência específica da sociedade”.

Para tanto, queremos aqui, compreender um pouco mais do universo das famílias chefiadas por mulheres e os múltiplos significados que a posição de chefia impõe em suas trajetórias de vida e nos seus espaços de vivência cotidiana.

3.2. Famílias chefiadas por mulheres

Para Carvalho (1998) o conceito de chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas. Era normalmente empregado para mencionar a um único membro, normalmente ao homem mais velho, que exercia o poder sobre os demais membros do domicílio. Essa prática ao longo do tempo foi sendo incorporada as leis europeias e conseqüentemente transmitidas as colônias. De acordo com a autora, os pressupostos mais relevantes do termo são: “(i) que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e (ii) a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio” (IDEM, p. 9).

Desta forma, talvez seja por isso que o termo chefia feminina, tenha sido empregado especialmente em casos que a família é liderada por mulheres sozinhas, onde há a ausência da figura masculina, como no caso das mães solteiras, viúvas, mulheres divorciadas, entre outros casos (PACHECO, 2005).

De acordo com Samara (1987), no Brasil do período colonial, em 1804, o maior grupo de mulheres trabalhando e chefiando famílias foi encontrado em Vila Rica de Ouro Preto, onde 45% das mulheres eram chefes de domicílio. Nessa mesma época, na cidade de São Paulo o percentual era de 30%. “No início do século XX, no período de maior urbanização, era intensa a mobilidade geográfica dos homens e o abandono periódico de suas mulheres e famílias como resultado da busca de um emprego melhor em outras cidades” (PACHECO, 2005, p. 59). Assim, as mulheres se viam sozinhas e responsáveis pelo sustento da família.

Utilizando das palavras de Fonseca (2000), Pacheco (2005, p. 59), ressalta que,

Se, num primeiro momento, historiadores acreditavam que a concubinação no Brasil colonial restringia-se principalmente à população negra, pesquisas recentes mostram que a união livre, assim como a **mulher chefe de família**, não eram de forma alguma privilégios exclusivos dos escravos e seus descendentes. Na sociedade brasileira, especialmente no século XX, eram os matrimônios, e não a concubinação, que se realizavam num círculo limitado. Tudo indica que uma boa parte, talvez a maioria da população não casava antes de iniciar suas experiências sexuais. Pesquisadores contemporâneos sublinham uma taxa alta de crianças ilegítimas durante toda a história brasileira, taxa que chegava em certos momentos a superar 40% do total de nascimentos. (Grifo nosso).

O contexto século XX nos remete que grande parte das mulheres viviam em condições vulneráveis, principalmente as mulheres mais pobres, sendo assim, buscavam o mercado de trabalho mais por uma questão de necessidade do que por uma opção feminina de vida.

Nos dias atuais, pesquisadores² do tema, como Márcia Macêdo, revelam que os dados acerca do crescimento de famílias chefiadas por mulheres revelam mudanças nos hábitos da população brasileira, uma vez que, "muitas mulheres optam por ser provedoras do lar", (MACÊDO, 2012, s/p). Acrescenta ainda, que em muitos casos "a chefia feminina não é sinal de piora nas condições de vida da mulher, pode ser uma opção da mulher viver sem o companheiro, sem que isso signifique situação de solidão ou pobreza" (IDEM).

Em contrapartida, pesquisadora como Rosa Ester Rossini, enfatiza que as mulheres chefes de famílias são mais comuns em famílias de baixa renda. Segundo a professora, "são famílias de mães solteiras, ou de mulheres que não conseguem um companheiro", "ou de mulheres independentes mesmo" (ROSSINI, 2012, s/p).

No entanto, nas três últimas décadas testemunharam um aumento significativo no fenômeno de mulheres que se tornaram chefes de família em todos os estratos sociais (MACÊDO, 2007). De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2011, 37,4% das famílias têm como pessoa de referência uma mulher. A pesquisa mostra que o Brasil possui 24,099 milhões de famílias chefiadas por mulheres, de um total de 64,358 milhões de grupos familiares que vivem em domicílio particular no país. Um fator interessante, que está diretamente ligado a estes números, é a "mudança de mentalidade" das pessoas ao responder os questionários do IBGE. "Antes, perguntava-se quem era o chefe da família, expressão que encobria um preconceito, a ideia de que o chefe é o homem" (MACÊDO, 2012, s/p).

De acordo com o IBGE, desde o final dos anos 1990 a nomenclatura 'chefe de família' foi substituída pela expressão 'pessoa de referência da família' nos questionários das pesquisas. "Mais mulheres, ao responderem às pesquisas, apontam a si próprias, ou são apontadas pelos familiares, como responsáveis pela família. Quem define quem é o chefe da família é a família, e não o fato de ser homem" (ROSSINI, 2012, s/p).

De acordo com Gilson Gonçalves de Matos, técnico da coordenação de população e indicadores sociais do IBGE, os responsáveis pelo domicílio não necessariamente são aqueles que ganham mais dentro da família. Nessa classificação se encaixam os que assumem a responsabilidade total pela família, de maneira mais ampla

² Esta entrevista foi realizada com Márcia Macêdo, socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da UFBA (Universidade Federal da Bahia), e Rosa Ester Rossini, especialista em geografia humana e professora aposentada da USP, ambas são pesquisadoras sobre o tema mulheres chefes de família.

do que somente pagar as contas. "Por exemplo, o pai, ou a mãe, pode se declarar responsável, mas ainda morar com filhos que ganham mais do que ele" (UNISINOS, 2012, s/p).

Desta forma, vários são os fatores que contribuem para o aumento das famílias chefiadas por mulheres, com implicações diversas para diferentes classes sociais. Embora não seja o objetivo desse trabalho aprofundar uma discussão acerca desses fatores, utilizamos de Pacheco (2005), para destacar alguns dos fatores responsáveis pela chefia, entre os quais:

- Busca de maior autonomia e independência feminina, resultando em uma maior participação feminina no mercado de trabalho;
- Mudanças dos valores da mulher, que não mais se restringe a esfera doméstica, sendo constantemente subordinada a figura masculina do marido.
- Mudanças de valores, como a crença no casamento como um caminho de ascensão social feminina;
- legalização do divórcio e as mudanças nos padrões morais da sociedade;
- Menos pessoas se casando e aumento das famílias uniparentais;
- As crises econômicas, que em grande parte obrigaram os homens a buscarem trabalho fora do lugar onde moravam, transformando as mulheres responsáveis pela família.
- Precariedade das condições de vida e aumento da pobreza, o que de certa forma contribuem para o aumento da instabilidade familiar e rupturas das uniões.

Assim, os fatores apresentados se analisados de forma conjunta, ajudam a explicar em grande parte a formação de famílias chefiadas por mulheres. De certa forma, "eles estão afetando tanto as escolhas femininas quanto as suas condições de vida. E, mais do que isso, ao mesmo tempo em que influenciam as escolhas e as condições de vida das mulheres, estas são também por eles determinadas" (IDEM, p. 60).

Além disso, Testoni (2005) ao usar das palavras de Basted (2005) argumenta que o aumento das mulheres chefes de família, faz repensar as dinâmicas das relações familiares como no deslocamento de padrões de hierarquias nas relações de gênero, isto é, a noção de chefia do domicílio, que pelos moldes cultural dominante, era atribuída à figura masculina, agora não é mais tido como algo fixo e imutável. A posição de "Chefe de família" é marcada por um discurso social, que se relaciona com a construção das subjetividades femininas. "Tal discurso, tomado muitas vezes como *natural*,

desempenha um importante papel na construção das subjetividades das mulheres, e conseqüentemente, tem força para mantê-las em uma posição de subordinação” (TESTONI, 2005, p. 23).

Nesse sentido, que a categoria de gênero contribui para explicar a problemática acerca das famílias chefiadas por mulheres, por permitir uma releitura das relações de poder entre os sujeitos, das questões que contribuem na construção das identidades dessas mulheres, assim como, no diálogo entre família e desigualdade social. Como veremos a seguir, na relação das mulheres chefes de família e a sua participação no mercado de trabalho.

Assim compartilhando com Pacheco (2005) consideramos que as famílias chefiadas por mulheres não são mais uma forma de organização familiar nova na nossa história, mas, apareceu com maior frequência nas camadas mais pobres da população, pelo fato que em muitos momentos da nossa história, as mulheres se viram sozinhas, seja pela mobilidade periódica dos homens na busca de emprego em outras cidades e também pelas repetidas guerras que causaram o mesmo efeito, mulheres sozinhas responsáveis pelo sustento da família.

3.3. Mulheres chefes de família e trabalho

Ao se falar em gênero no Brasil, dois fatores merecem atenção: o aumento de domicílios chefiados por mulheres e o aumento expressivo da presença feminina no mercado de trabalho. Estes fatores são comuns a todas as regiões do país e se referem a uma dinâmica específica das áreas urbanas (DIEESE, 2004).

Ainda para o referido boletim,

É difícil atribuir uma causalidade direta entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento da chefia feminina de domicílios, principalmente porque ambos movimentos decorrem de inúmeras razões que se ligam entre si: emancipação feminina, maior urbanização, aumento de importância do setor de serviços, importância da renda feminina para complementação da renda familiar, maior desagregação familiar e, até mesmo, opção pessoal, entre outros motivos. Porém, é possível observar as relações entre os dois movimentos e a mais clara delas reside no fato de os domicílios com chefia feminina apresentarem constantemente renda inferior àqueles chefiados por homens. A origem desta menor renda estaria associada ao próprio perfil da chefe de domicílio, **geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho, que usualmente se expressam pela maior taxa de desemprego, inserções vulneráveis e menores rendimentos** (IDEM, p. 1). (Grifo nosso).

É interessante ressaltar a relação das mulheres chefes de família com o trabalho, porque foi algo recorrente na fala das mulheres que participaram dessa pesquisa. O trabalho se constitui como algo importante e essencial na vida dessas mulheres, simboliza a luta diária por melhores condições de vida e a garantia da sua sobrevivência e do seu grupo familiar.

Em cada fala aparece a peculiaridade do trabalho de cada uma delas, mas de modo geral, deixam claro o cansaço diário e a insatisfação pelos baixos salários, pela dupla jornada, pela sobrecarga do trabalho doméstico, entre outros fatores. Além disso, são mulheres que possuem baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Nesse sentido, o trabalho como uma atividade que define o indivíduo como ser humano social, é evidenciado por Diogo (2005, p. 9), da seguinte forma,

este afeta sempre, de algum modo, a subjetividade do trabalhador. O trabalho transcende a atividade realizada, inscrevendo-se no corpo e na percepção de mundo daquele que o executa. As dinâmicas estabelecidas nas situações de trabalho conduzem ora ao prazer, ora ao sofrimento; podem gerar desde sentimentos de satisfação e realização até várias complicações existenciais. É, pois, imprescindível articular suas dimensões objetivas e subjetivas.

Historicamente, a participação da mulher no mercado de trabalho e no processo de qualificação profissional foi algo bem restrito. Diogo (2005) ressalta que o espaço público, por muito tempo foi definido como uma esfera essencialmente masculina, aceitando a participação feminina em atividades consideradas menos importantes. Hoje apesar do mercado de trabalho está mais acessível às mulheres, ainda há um número reduzido no processo de capacitação profissional.

É inegável que a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente com o crescimento expressivo desse fenômeno nas últimas décadas, trouxe profundas transformações para a nossa sociedade. No entanto, algumas diferenças entre gênero ainda continuam prevalecendo em muitos setores.

Problematizar as condições da existência social das mulheres, sua constituição enquanto gênero feminino e sua posterior transformação em operárias [trabalhadoras] significa deixar de conceber e apreciar, como naturais, fenômenos sociais e humanos forjados na história e na concretude das condições materiais e simbólicas da ordem social. Implica um esforço para desfatalizar algumas das tramas nas quais se enredam os/as agentes e se constroem as evidências da “naturalização” do arbitrário, possibilitando, quem sabe, fazer fluir, sob os efeitos das “asas da história”, mais do que o peso determinístico de destinos sociais biologicizados e essencializados, justificadores e legitimadores de desigualdades e injustiças entre os gêneros e as classes. (FONSECA, 2000 *apud* DIOGO, 2005, p. 12-13).

Por outro lado, Santos (2008) ao falar da realidade da mulher no mercado de trabalho, elucida que,

Se a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de modo global, não podemos deixar de considerar que isso se deu no interior de um processo de flexibilização, precarização das relações e condições de trabalho, intensificando a vulnerabilidade da situação empregatícia da massa de trabalhadoras. A partir dessa realidade surge uma bipolarização da inserção das mulheres no mercado de trabalho em função do nível de escolaridade (BRUSCHINI, 2007 *apud* SANTOS, 2008, p. 13-14).

No que tange à estrutura ocupacional, a presença das mulheres ainda é forte em setores como,

Da indústria (como o da confecção), da estética, higiene (serviços de limpeza, arrumadeiras, lavadeiras, serviços domésticos), alimentação (cozinheiras, nutricionistas) assim como persistem os empregos tradicionalmente femininos nas áreas da saúde (auxiliar de enfermagem, enfermeira) e social (assistente social), educação (nível pré-escolar, primário e médio), assim como secretárias, caixa de supermercado e outros serviços auxiliares (IDEM, p. 117).

Para Diogo (2005), o trabalho feminino possui algumas características que colocam as mulheres em desvantagem frente ao trabalho masculino. Em pleno século XXI, há desigualdade salarial, segregação ocupacional, desvalorização cultural do trabalho, dupla jornada de trabalho, discriminação quanto aos direitos sociais, entre outros fatores. Além disso, a taxa de desemprego tende a ser mais elevadas entre as mulheres do que em entre os homens.

A pesquisa realizada pelo Dieese (2004, p. 6) coloca que, “as taxas de desemprego entre chefes de domicílio são normalmente inferiores à apurada para o conjunto da força de trabalho, mesmo porque a chefia de um domicílio torna a necessidade de se exercer uma ocupação (ou de conseguir algum rendimento) praticamente uma obrigação”. Dentro dessa situação, que os trabalhos de baixa remuneração e os informais são aceitos por boa parcela das pessoas. Por outro lado, quando o homem é responsável pelo domicílio, quase sempre divide a responsabilidade do lar com a mulher. “Já a mulher chefe, além de não desfrutar dessa divisão de responsabilidades para gerir o domicílio, lida com um mercado de trabalho discriminatório em relação ao sexo feminino” (DIEESE, 2004, p. 14).

Nesse sentido, Scott (2002) nos diz que, as evidências da “feminização” da pobreza mostram que, a mulher sendo a única responsável pelo domicílio, os ganhos per capita da família diminui, pois, as dificuldades em conciliar casa e trabalho são

acentuadas. Mesmo o mercado de trabalho estando cada vez mais acessível às mulheres, ainda existe grandes problemas em absorver todas as mulheres que precisam trabalhar. Sendo assim, Scott afirma que, “seria importante haver apoios que debelassem os obstáculos ao trabalho destas mulheres” (IDEM, p. 13).

Desse modo, a questão da vulnerabilidade socioeconômica entre as mulheres chefes de família vem se tornando um elemento chave pra entender a situação vivenciada por estas mulheres (MACÊDO, 2007).

Por isso, achamos essencial discorrer um pouco mais sobre o processo de *feminização da pobreza*, considerado por muitos autores, como Macêdo (2007), o leque para que os domicílios chefiados por mulheres ganhem uma visibilidade social e espaço para se tornarem pauta dentro dos programas de desenvolvimento e de políticas públicas.

3.4. Feminização da Pobreza

Trazer os desdobramentos destas questões para as discussões geográficas é acreditar na afirmação de que a “Geografia está em toda parte” (COSGROVE, 2004 *apud* ORNAT, 2005, p.12). Sendo assim, o fenômeno da feminização da pobreza é um interessante caminho para levantarmos nossos olhos as desigualdades culturais, econômicas, sociais e as privações vivenciadas pelas mulheres chefes de famílias ao longo de suas vidas.

O termo feminização da pobreza foi introduzido em 1978, pela socióloga norte americana Diane Pearce, com o intuito de retratar nos Estados Unidos da América (EUA), o aumento de mulheres entre a população mais pobre, e também o número de mulheres chefes de família entre os pobres. Anos depois, diversos trabalhos foram realizados para verificar a existência de feminização da pobreza não só nos EUA, mas também em outros países do mundo (COSTA *et. al*, 2005) .

Os mesmos autores ressaltam que, nem todos os estudos que se seguiram trataram o fenômeno da feminização da pobreza da mesma forma. Os trabalhos que enfatizam a relação entre pobreza e gênero em sua grande maioria enfatizam a evolução temporal da situação das mulheres e aqueles que discutem se a situação feminina é pior ou não do que a dos homens em determinado tempo (IDEM).

Tendo em vista os diferentes resultados encontrados nas pesquisas que tratam da relação entre o tema gênero e pobreza, não se pode afirmar que as mulheres estejam de fato sofrendo um crescente processo de empobrecimento no mundo. Como também não se pode generalizar que tenham maior propensão de serem pobres em todos os países. Estudos indicam que o grupo de famílias chefiadas por mulheres é muito heterogêneo e na maioria das vezes, o que se encontra é uma associação mais forte entre pobreza e grupos específicos de famílias chefiadas por mulher (BADEN e MILWARD, 1997; CHANT, 2003b; LIPTON e RAVALLION, 1995 *apud* COSTA, *et. al.* 2005). Assim, Macedo (2007) faz uma reflexão sobre as limitações presentes na vida das mulheres chefes de família, frente às possibilidades delas investirem em uma carreira profissional, por exemplo.

As mulheres de famílias monoparentais [...] foram esposas, ou seja, empobreceram não porque se tornaram chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado (VITALE, 2002 *apud* MACÊDO, 2007, p.165).

A questão colocada por Vitale (2002), nos mostra que, o fenômeno da feminização da pobreza é antes de tudo, um contexto de privação e de desvantagens sociais. Acaba se criando um estereótipo acerca das famílias chefiadas por mulheres e a pobreza, como se as mulheres não fossem capazes de cuidar de suas famílias e de administrá-las.

Ao usar das palavras de Safa (1999), Macêdo (2007), nos diz que a vulnerabilidade presente nos domicílios chefiados por mulheres não está associada unicamente aos fatores da pobreza e da economia. A noção de vulnerabilidade, também pode ser problematizada acerca de questões referentes à inserção satisfatória no mercado de trabalho e ao recebimento de ganhos compatíveis. Outro fator relevante é a forma como os recursos são alocados dentro do grupo familiar. Pois, as mulheres chefes de família investem a maior parte do seu ganho (quando não todo) na manutenção do lar e com os cuidados de toda família.

Muitas pesquisas associam a questão da vulnerabilidade socioeconômica como elemento chave para o entendimento da situação vivenciada pelas mulheres chefes de família, por discutirem questões acerca das estreitas margens de viabilidade,

principalmente quando diz respeito também à ideia de risco frente ao desemprego, precariedade no trabalho, a pobreza e a falta de proteção social.

Assim, para se fazer uma discussão adequada do conceito de vulnerabilidade, devemos pensar que os grupos sociais nessa situação, são marcados por algumas prescrições quando se diz respeito ao mercado trabalho, como: baixo grau de instrução formal; insuficiente ou inadequada formação e qualificação profissional; ausência ou reduzida experiência anterior de trabalho (como os jovens); ser portadores de necessidades especiais; redução da capacidade física, como grupos de idosos ou com doenças crônicas; discriminação em função do gênero, cor da pele, etnia (DIEESE, 2007).

Apesar da ênfase em gênero e nos aspectos econômicos, estes dois fatores não têm sido suficiente para explicar o fenômeno da feminização da pobreza e sua prevalência entre as mulheres chefes de família. Isso porque, se tratando de renda, a distância entre homens e mulheres vem diminuindo, principalmente pelo fato do desemprego estar atingindo consideravelmente o contingente masculino. Além disso, aumentaram muito as disparidades de renda entre as próprias mulheres, ou seja, entre as mulheres ricas e as pobres (LAVINAS, 1996 *apud* MACÊDO, 2007).

A discussão em torno do fenômeno da feminização da pobreza, não nos remete apenas as desigualdades entre homens e mulheres no acesso a recursos, mas também, as desigualdades de um quadro perverso de concentração de renda no país.

Diante desse quadro, muitos pesquisadores defendem a criação de políticas públicas que possam intervir no sentido de “combater a discriminação salarial e a segregação ocupacional. Sugerem também intervenções específicas para as crianças de modo que elas venham a participar mais da escola e não comprometam seu futuro, reproduzindo o baixo nível de escolaridade de suas mães” (NOVELLINO, s/d, p. 8).

A mesma autora complementa que,

As políticas públicas para mulheres pobres deveriam ser uma síntese de políticas públicas de combate à pobreza e políticas de gênero. Isto significa oferecer meios para que as mulheres e seus filhos saiam de uma condição de extrema pobreza, a qual envolve não apenas renda, mas também acesso a serviços; bem como se comprometer com a luta pela igualdade de direitos e oportunidades para ambos os gêneros (IDEM, s/d, p. 13).

Em uma pesquisa mais recente, Santos (2008, p. 128) afirma que, as políticas públicas existentes no Brasil, que podem servir de apoio às mulheres chefes de família, são:

as políticas de conciliação entre família e trabalho , transferência de renda, emprego e formação, gênero de moradia. Não existem, no país, políticas de transferência de renda direcionadas as famílias monoparentais ou famílias monoparentais de baixa renda, como a *Allocation parent isolé* (API) e a *Allocation parental de soutien* (APS), na França, e o *Jido fuyo teate* e o *Boshi-Kasan*, no Japão.

Seria difícil apontar qual dessas políticas se destacaria como mais importante, mas, espera-se que elas possam contribuir para o empoderamento das mulheres chefes de família. Isso poderia significar “remoção de todos os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada através de uma divisão total e igual nas tomadas de decisão econômicas, sociais, culturais e políticas” (NOVELLINO, s/d, p. 13).

Desta forma, fica evidente a necessidade de se ter uma atenção especial para políticas públicas direcionadas às mulheres chefes de família. Para Scott (2002), é preciso debater a criação de programas que atinjam positivamente os problemas que são enfrentados pelas mulheres que chefiam o lar. E para isso, é preciso somar esforços por parte do governo, da sociedade civil organizada e por parte dos pesquisadores, para que a visibilidade e a promoção de políticas públicas específicas direcionadas as estas mulheres sejam uma realidade.

Assim, o que se espera por parte dessas políticas é que elas contribuam de fato para a redução de todas as formas de desigualdades. Que auxilie as mulheres chefes de família, em especial, as que encontram em condições vulneráveis.

Neste capítulo, levantamos questões acerca da família, colocando em evidência a pluralidade familiar, destacando especialmente as famílias chefiadas por mulheres. Destacamos também, a atuação dessas mulheres no mercado de trabalho, assim como as implicações acerca do fenômeno da feminização da pobreza. Apesar de serem temas ainda pouco explorados pela geografia, e a mulher constituir uma categoria de análise dessa ciência pouco ainda privilegiada, procuramos mostrar a realidade de muitas mulheres e a possibilidade de compreendê-la por múltiplos olhares. Além disso, o conceito de gênero foi essencial para entendermos todas estas temáticas, pois,

falar em gênero é muito mais do que repensar o lugar do homem e da mulher na sociedade e na sua família, mas significa lançar um novo olhar sobre a pluralidade de lógicas que mantém a diferenciação tomada por hierarquia entre os sujeitos sociais, estabelecendo assimetrias e produzindo subordinação” (MACÊDO, 2007, p. 172).

Todas estas questões são realizações sociais, criação humana, marcada por um espaço e tempo, de verdades universais e naturalização de certas hegemonias. A adoção do saber geográfico diante de todas elas é justamente a superação de um saber hegemônico.

Mas, como considerar estas abordagens, isto é, como tornar a mulher peça chave da análise espacial e, portanto de interesse da geografia? De que forma as mulheres produzem o espaço? Como o conceito de gênero é visto pela geografia?

Essas questões se tornam um grande desafio para a produção da teoria geográfica referente às questões femininas. Uma vez que já vimos a quem (ou quem) esta produção científica tem beneficiado com o avanço da ciência. E o porquê a abordagem geográfica é caracterizada por uma invisibilidade do papel feminino na organização do espaço.

Assim, para problematizarmos essas questões teóricas com a realidade vivenciada pelas mulheres chefes de família do bairro Bom Jesus, no próximo capítulo o tema central se constituirá na trajetória socioespacial dessas mulheres, e suas vivências e relação com o espaço vivido.

4. CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO BAIRRO BOM JESUS

4.1. Quem são as mulheres chefes de família?

A trajetória de vida das mulheres chefes de família que participaram desse trabalho foi construída por diversas experiências, através das relações sociais estabelecidas por elas ao longo de suas vidas, as quais as levaram a assumir uma condição de chefia em suas famílias nucleares. Essas experiências são marcadas pela sua responsabilidade pela família, suas dificuldades diárias, as estratégias para fugir delas, e apesar de todas as condições adversas por que passaram, elas lutam, insistem na busca de um futuro melhor para elas e, principalmente, para seus filhos.

Nesta parte do trabalho, levantamos questões que nos levaram a entender que significados as mulheres chefes de família atribuem aos aspectos de sua vida, como a família, maternidade, trabalho, a relação com o bairro, lazer, os seus sonhos e como estes fatores juntamente com a sua condição de chefia configura o seu espaço de vivência, através da espacialidade das suas ações cotidianas.

As histórias de vidas dessas mulheres são bem parecidas, marcadas por momentos problemáticos, mas também por muita luta e esperança. A construção destas histórias não pode ser de modo algum, dissociada do lugar ao qual tais mulheres se fizeram chefes de família, criaram seus filhos e teceram relações de confiança e amizade que contribuem para sua manutenção no lugar de sobrevivência. Cada caso, de cada mulher, possui sua singularidade devido a trajetórias de vida específicas, mas confluem nas características da condição de chefia da família e nos seus desafios cotidianos.

Todas as mulheres entrevistadas foram criadas pelo pai e pela mãe, apesar de Rosa e Angélica terem perdido o pai ainda na infância, o que também tornou suas mães chefes de família. Todas começaram a trabalhar muito novas, por volta dos dozes anos de idade, principalmente porque são de famílias pobres. A condição socioeconômica desfavorável às obrigou a trabalhar para ajudar a manter as despesas de casa. Neste momento da história de vida dessas mulheres já percebemos um aspecto relevante que condicionaria toda a sua vida, qual seja a precoce inserção profissional e os limites à dedicação aos estudos e à socialização na adolescência e juventude. Essa contração nas fases da vida, tornando-as muito cedo trabalhadoras responsáveis, mesmo que para um apoio secundário à família, lhes exige abdicar do lazer, às vezes da escola e de outras atividades.

A maioria dessas mulheres parou de estudar muito nova, seja para se dedicar ao trabalho, seja para assumir uma nova condição de vida, a de ser mãe, em função de uma gravidez precoce. Margarida, por exemplo, estudou até a quarta série do ensino fundamental. Três das outras mulheres não terminaram o ensino médio. Apenas Violeta terminou o ensino médio, mas após os quarenta anos de idade.

A idade das mulheres entrevistadas variou de 30 a 53 anos, sendo que Gardênia e Angélica estavam na faixa de 30 a 40 anos, Rosa e Violeta na faixa de 40 a 50 anos e Margarida na faixa acima dos 50 anos. A idade dos filhos das entrevistadas variou de 9 a 29 anos. É perceptível que a maioria deles já não é mais criança, mas as histórias de grande parte das dificuldades enfrentadas pelas mulheres se referem ao período em que os filhos ainda eram pequenos.

Três das cinco entrevistadas nasceram em Viçosa e sempre moraram no bairro Bom Jesus. Quatro delas moram a mais de 30 anos no bairro, apenas Violeta mora há menos tempo. Há sete anos, quando resolveu se separar do marido, ela decidiu comprar uma casa no Bom Jesus e retomar sua vida neste bairro.

4.2. Construindo um perfil das mulheres entrevistadas

Para que possamos entender um pouco mais da trajetória de vida dessas mulheres chefes de família, iremos apresentar uma síntese sobre a história de cada uma delas, a fim de melhor contextualizar a particularidade em suas trajetórias socioespaciais.

Rosa:

Nasceu em São Paulo e foi morar no bairro Bom Jesus quando tinha seis anos. A escolha partiu dos pais, quando esses saíram de São Paulo e vieram para Viçosa. Desde então ela sempre morou lá, mas confessa que sairia do bairro se tivesse a oportunidade de ir para outro lugar. A casa que ela mora foi herdada da sua mãe, uma vez que seus irmãos não moram em Viçosa.

Ela tem 42 anos e 3 filhos (13, 17 e 20 anos) de pais diferentes. Ela nunca chegou a morar com nenhum dos pais dos seus filhos. Hoje ela vive com os três filhos. Todos eles estão estudando, o mais velho estuda em uma universidade federal, o que enche a mãe de orgulho ao falar do filho. Ela estudou até o 1º ano do ensino médio.

Trabalha como doméstica e sustenta sozinha a família. Algumas vezes ela trabalha com encomendas de doces, e realiza esse trabalho em sua própria casa. Ela contou por muitos anos com a ajuda de uma tia, que também morava com ela, principalmente para cuidar dos seus filhos quando ela precisava trabalhar, mas essa tia já faleceu.

Violeta:

Nasceu em Canaã (MG), e veio para Viçosa depois que se casou e o ex-marido quis procurar uma oferta melhor de trabalho. Antes de morar no bairro Bom Jesus, ela morou em vários bairros da cidade. Quando ela se separou decidiu comprar uma casa no bairro Bom Jesus, pois, considera ter muitas amizades no bairro e confessa que gosta de morar lá.

Ela tem 42 anos e 2 filhos (22 e 24 anos), os dois filhos são do seu ex-marido. Ela ficou 18 anos casada e se separou há 7 anos. Hoje ela vive com a filha, a sua mãe e uma irmã que é deficiente mental. O seu filho já é casado e tem a sua própria casa. Todos os filhos terminaram o ensino médio, a sua filha também estuda em uma universidade federal.

Completo o ensino médio, mas do 5ª ao 8ª ano do ensino fundamental ela fez dos 28 aos 32 anos e o ensino médio depois dos quarenta anos. Ela trabalha como vendedora autônoma, ela faz e vende marmitex em sua própria casa, além disso, vende calçados, roupas, perfumes, entre outras coisas.

Margarida:

Nasceu em Viçosa, e morou durante a sua infância na zona rural do município. Aos 10 anos de idade ela foi morar no bairro Bom Jesus, a partir da escolha dos pais em mudar para o bairro, desde então, faz 43 anos que ela mora lá. Os seus irmãos também moram no bairro, o que reforça o seu laço afetivo pelo lugar.

Ela tem 53 anos e 3 filhos (25; 26 e 29 anos), está casada há 31 anos e todos os filhos são do seu marido. Hoje ela vive com o seu marido e com um filho. Uma filha já está casada e a outra saiu de casa para morar sozinha. Todos os filhos terminaram o ensino médio.

Margarida estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Por ter que ajudar a família nas despesas de casa, ela não teve a oportunidade de continuar os estudos, e parou de estudar para trabalhar. Hoje ela trabalha como vendedora autônoma, ela faz e

vende marmiteira em sua própria casa. Além da sua renda, ela também pode contar com o dinheiro do seu marido.

Gardênia:

Nasceu em Viçosa, e sempre morou no bairro Bom Jesus. Os seus pais se casaram e sempre moraram no bairro. Ela tem dois irmãos que também moram lá. O seu pai já faleceu e a sua mãe mora em outro bairro da cidade.

Ela tem 30 anos e 1 filha (10 anos), está casada há 10 anos. A sua filha é do seu marido. Hoje ela vive com o seu marido e com a sua filha. A sua filha frequenta a escola.

Estudou até o 2º ano do ensino médio e parou os estudos por causa da gravidez. Trabalha como empregada doméstica durante a semana e como seguranças de festas aos finais de semana. Ela sustenta sozinha a sua família, porque o seu marido no período da entrevista estava desempregado.

Angélica:

Nasceu em Viçosa e mora há 31 anos no bairro Bom Jesus, ela foi morar no bairro quando tinha 2 anos, quando seu pai decidiram se mudar para lá. Ela gosta do bairro e não pretende sair do lugar de onde mora. Ela também tem alguns irmãos que moram no bairro.

Ela tem 33 anos e 4 filhos (9; 12; 16 e 19 anos). Dois filhos são de um companheiro e os outros dois de outro. Ela vive com os seus quatro filhos e com o seu neto, filho da sua filha mais velha. Ela morou com o pai dos filhos mais novos, com o pai dos outros dois ela nunca morou. Os três filhos mais novos frequentam a escola, a mais velha parou os estudos por conta da gravidez.

Ela estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Interrompeu os estudos por causa da gravidez ainda na adolescência, quando tinha 14 anos. Concluiu essa etapa dos estudos pelo programa Projovem³. Hoje ela trabalha como empregada doméstica e sustenta sozinha toda a sua família.

³ O Projovem preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda são os principais objetivos do Projovem Trabalhador. Podem participar do Programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo. http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm

Essas histórias nos permitirá compreender um pouco mais de alguns fatos da trajetória de vida dessas mulheres. Como a sua relação com o seu trabalho, a sua relação com o bairro onde mora, a sua mobilidade espacial, entre tantos outros aspectos.

4.3. As mulheres chefes de família e o trabalho

O trabalho é uma das atividades mais importantes na vida das mulheres chefes de família, pois, “ser chefe é muito mais do que garantir a sobrevivência e o bem estar dos filhos é principalmente poder dar-lhes um futuro melhor e o amparo emocional e econômico nesta trajetória” (PACHECO, 2005, p. 151).

O trabalho é o reflexo do peso da responsabilidade que essas mulheres têm por suas famílias. Elas não tiveram dúvida ou dificuldade ao falarem o como é cansativo os afazeres das suas ocupações. Os depoimentos a seguir nos mostram com clareza o que elas pensam e sentem sobre a ocupação que exercem:

Ah, é muito cansativo, não é o que eu gosto de fazer né. Eu gosto muito de cozinhar. Se eu pudesse escolher eu escolheria uma profissão ligada a cozinha. (Rosa)

Rosa trabalha como empregada doméstica. A sua jornada de trabalho é de 8 horas por dia, durante toda a semana. Além desse trabalho, ela faz faxinas quatro dias da semana em outra casa. Somando as horas desses dois empregos, Rosa trabalha mais de 10 horas por dia, fora de casa.

O que é minha profissão gente? Empresária de fazer comida boa. Eu trabalho por conta própria com marmitex e vendo outros produtos. Eu trabalho só lá em casa. Eu não trabalho pra ninguém mais não. Devo trabalhar direto umas 12 horas por dia. Bem retinho assim sabe? Dá mais, mas não vou colocar mais não se não... (Violeta)

Trabalho de segunda a sexta, pego as sete e largo as três. Mas tem dia que eu faço umas faxinas por fora. Três vezes na semana eu tenho faxina. Começa depois das três e vai até umas cinco, seis, até... (Angélica)

As ocupações dessas mulheres chefes de família são bem parecidas, o que nos remete a ideia de um ambiente estereotipado de lugares femininos e masculinos em uma sociedade marcada pela divisão do trabalho entre os sexos (SILVA, 2007). Além disso, temos o agravante que essas mulheres não tiveram a oportunidade em se formar em uma profissão. O que resulta em rotinas de trabalhos cansativas e com salários baixos.

Essas mulheres iniciaram suas trajetórias no mundo do trabalho por necessidade e nele se mantiveram até o momento em que encontraram um companheiro, o que pode evidenciar a estruturação de uma lógica que ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho, “reafirma o lugar feminino como lugar doméstico, como aquilo que compõe o certo, o justo, o desejado, o esperado” (TELLES, 1992 *apud* TESTONNI e TONELI, 2006, p. 43).

Essas questões nos levam a pensar que essas ocupações estão intimamente ligadas ao sentido e significações atribuídos e construídos sobre o papel da mulher, que não dizem respeito apenas à relação mulher e trabalho, mas de uma lógica maior, que envolve as relações de gênero tão presentes em nosso meio. Assim, quando elas são questionadas se gostariam de ter outra ocupação, elas logo expressam em suas falas a vontade e a esperança de um dia exercer uma ocupação melhor, que seja menos cansativa e que gere mais renda:

Eu tenho esperança que ainda vou mudar de profissão. Eu tenho vontade de colocar uma loja, que coloque eu trabalhando num horário certo. Uma coisa assim mais fácil que faço hoje. Porque hoje eu trabalho muito pesado, só Deus sabe. (Violeta)

Eu sei que não dá tempo mais, mas eu gostaria de ser enfermeira. Porque eu gosto de cuidar das pessoas. Mas, já com 53 anos, eu acho que pra estudar agora eu acho que fica meio pesado né. Sei lá, nunca é tarde pra aprender né. Já pensei em concluir o meu segundo grau no Cesec⁴, quem sabe!
(Margarida)

⁴ Centro Estadual de Educação Continuada, uma escola de educação de jovens e adultos mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com certificado válido em todo o território nacional. <http://cesecgv.blogspot.com.br/2012/08/como-estudar-no-cesec.html>.

A minha vontade é fazer um curso técnico de enfermagem. Eu gosto de cuidar, eu sempre me dei bem em cuidar de criança, ou alguma coisa com criança. (Angélica)

O sonho em ter outra ocupação, ou melhor, uma profissão, esbarra nas possibilidades de acesso a melhor escolaridade que essas mulheres não tiveram. Muitas delas acabam se conformando com as ocupações que exercem por não enxergarem outra possibilidade de trabalho diante da escolaridade que possuem. Esse é um fator que a literatura relaciona à condição de pobreza das chefes de família. A falta de escolarização e de busca de melhores postos de trabalho é limitada em função da sua condição de chefia da família, de cuidar dos filhos e da casa. Pesquisas como a de Silva (2007) com mulheres chefes de família em Ponta Grossa (PR), revelam que a maioria das mulheres empobreceram quando se tornaram chefes de família, pela separação do marido e porque “investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida, e deixaram de investir em sua formação profissional” (IDEM, p. 107).

Cabe ressaltar aqui, contudo, que as mulheres entrevistadas, após a separação nem sempre se tornaram mais vulneráveis economicamente, até porque, quase sempre, a contribuição dos seus companheiros para a manutenção familiar era e ainda é bastante restrita. A nossa pesquisa coincide com a de Silva (2007), no ponto em que a mulher chefe de família abandona os estudos para cuidar dos seus filhos. Esse importante fator explica as frustrações que muitas delas têm com a ocupação que exercem atualmente, pois não tiveram a oportunidade de terem realizado a profissão dos sonhos. O trabalho surge como uma necessidade em primeiro lugar, pois não há alternativa, e não como uma escolha, uma satisfação pessoal.

4.4. Trajetórias espaciais: mobilidade espacial no cotidiano das mulheres chefes de família

O contexto do trabalho vivenciado diariamente pelas mulheres chefes de família também nos remete a questão da mobilidade espacial. Como essas mulheres se deslocam no espaço para irem ao trabalho, fazer as compras, levarem os filhos para a escola, entre outras necessidades que não podem ser realizadas no bairro onde moram?

A mobilidade espacial das mulheres chefes de família, moradoras do bairro Bom Jesus, está intimamente relacionada com a estrutura urbana em que elas vivem, caracterizada pela periferia da cidade. Pois, a periferia muitas vezes é desconstituída de

muitos objetos e serviços que deveriam atender as necessidades dos seus moradores. Por isso, os deslocamentos espaciais realizados diariamente pelas mulheres chefes de família estão relacionados principalmente a busca de trabalho, saúde, educação e lazer.

Ao falarmos em deslocamento espacial, é inevitável falar do sistema de transporte urbano, em particular da falta de qualidade deste, um dos problemas mais ressaltados pelas mulheres, que necessitam desse serviço pra se deslocar. De acordo com Santos (1996), o indivíduo vai ter maior ou menor mobilidade de acordo com o lugar em que se encontra no espaço urbano, isto é, de acordo com o seu local de moradia. Na maioria das vezes, quanto maior a distância da área central, menor é a mobilidade, pois os equipamentos urbanos de bens e serviços vão ficando escassos e até mesmo inexistentes em direção às periferias. Nesse sentido, a mobilidade espacial e acessibilidade da população de baixa renda, em relação ao seu local de moradia, acabam sendo limitada e controlada. Sendo aqui, a relação tempo e espaço primordial pra entendermos essa questão.

Apesar do bairro Bom Jesus ser um dos bairros periféricos mais próximos do centro da cidade, o percurso das mulheres aqui entrevistadas, de suas casas até o local de trabalho, é realizado diariamente utilizando o transporte público. Elas nos falam um pouco sobre as condições do serviço do transporte utilizado diariamente por elas:

O serviço é péssimo, horrível! Porque os horários nunca batem, são muito cheio. Tem os horários, de manhã, por exemplo, o ônibus é muito cheio, acho que deveria ter mais em certos horários. Eu acho que alguns motoristas também tinha que ter um certo treinamento, porque “es” são muito grosso, principalmente com idoso, eu morro de dó menina. Eles não esperam sentar, sabe? Tem um então, que faz a linha que eu uso, que ele corre demais, sabe, ultrapassa sinal, ele corre demais, é um absurdo. (Rosa)

O preço do ônibus não é satisfatório. E os horários que os ônibus passa aqui em cima, nos outros locais passa-se com mais frequência. Então eu acho que poderia colocar um horário a mais pra gente aqui em cima. (Margarida)

Ah, não acho o serviço do ônibus bom não, porque é muito lotado. Nossa senhora, tanto na ida quanto na volta. (Angélica)

Percebemos que o serviço de transporte coletivo oferecido não é satisfatório, pois, a disponibilidade de horários para o bairro é bem restrita, e quase sempre os ônibus estão cheios. Além disso, elas relatam a falta de paciência dos motoristas, o que às vezes coloca a vida delas em risco, pois, eles não respeitam as normas de trânsito.

Paralelamente a qualidade do deslocamento, o tempo este ser realizado, também é essencial para entendermos a trajetória socioespaciais dessas mulheres chefes de família. Por terem longas jornadas de trabalho, até mesmo aquelas que trabalham em suas casas, o tempo reservado ao descanso e a família fica muitas vezes prejudicado, o lazer praticamente não existe, pois a condição financeira é um fator limitante para a sua prática, uma vez que o bairro não oferece serviços prazerosos e gratuitos aos moradores.

Sem querer naturalizar a questão da pobreza nas áreas mais precárias da cidade, cabe ressaltar que os obstáculos a serem superados estão diretamente ligados a falta de políticas públicas voltadas principalmente para as necessidades das mulheres chefes de família no espaço urbano. Uma dessas dificuldades se expressa na maneira e intensidade com que as mulheres se deslocam e acessam os bens e serviços. Ornat e Silva (2007) expressam que, cabe uma crítica ao Estado, pois este não incorpora as diferenças de gênero nas políticas públicas. Para estes mesmo autores, é necessário entender às famílias femininas de baixa renda e suas formas de acesso a melhores condições de trabalho, escolaridade, saúde e lazer.

Assim, mesmo que as mulheres chefes de família vivam em um espaço local limitado, do ponto de vista de serviços públicos, da sua mobilidade espacial, do uso e consumo da cidade de forma geral, estas mulheres acabam construindo uma relação de amizade e afetividade com o seu espaço de vivência, o que as ajudam a conviver com os obstáculos diários.

4.5. Trajetórias sociais: o espaço vivido das mulheres chefes de família

Na vivência do espaço cotidiano, as mulheres chefes de família, vivem diversas realidades que contribuem para que esse espaço crie suas identidades, como ao mesmo tempo é constituído por elas. A realidade dessas mulheres trazem fatos como o abandono pelo companheiro, o abandono dos filhos pelos pais, a separação, a responsabilidade de ser mãe e chefe de família, a falta de oportunidade e tempo para a

formação profissional, assim como a vivência dos problemas corriqueiros de se viver na periferia urbana.

Para Silva (2007), conceber a periferia a partir de singularidades, além de se constituir uma questão metodológica de escala, é também questão de construção de indicadores para operacionalização do conceito de gênero. Vários elementos sobre a realidade dessas mulheres tal como já citados, são reveladores de fatos cotidianos construídos paulatinamente nas relações do espaço privado, familiar e de vizinhança.

O espaço vivido é constituído, sobretudo pelas emoções e afetos que essas mulheres comportam nas ações e condutas que promovem as relações cotidianas que estão profundamente comprometidas com os seus laços afetivos construídos ao longo da vida (SILVA, 2007). Essa mesma autora ao utilizar das palavras de (Galano, 1995), nos diz que,

as emoções, embora tenham franca expressão corporal, não podem ser reduzidas a fisiologia, pois são lidas e decodificadas em cada cultura de forma específica, sempre normatizada pela organização grupal. Já o afeto comporta os sentimentos associados as histórias das relações construídas. O afeto, mais pragmático, estrutura as atitudes solidárias, as simpatias ou antipatias, as lealdades ou deslealdades. Sendo assim ele comporta as ações e condutas que promovem as relações cotidianas que estão profundamente comprometidas com os laços afetivos construídos ao longo da vida. (SILVA, 2007, p. 105).

As relações permeadas de emoções e afeto no espaço vivido das mulheres chefes de família nos remetem as redes de solidariedade estabelecidas entre elas com a sua vizinhança e com o seu espaço cotidiano. Essas redes se materializam nos espaços de sociabilidade, notadamente na dependência que as mulheres têm para o cuidado com os filhos menores. Nesse sentido, os problemas enfrentados pelas mulheres, foram e “têm sido resolvidos muito menos pelos serviços públicos do que por suas redes de solidariedade” (IDEM, p. 105). Nesse aspecto, a presença do poder público em relação ao apoio às famílias chefiadas por mulheres é quase nula.

Como constatado na pesquisa, os filhos das nossas entrevistadas não precisam de serviços públicos como os de creche, pois a maioria já são adolescentes e muitos já adultos. Mas quando eles eram bem mais novos, a maioria delas não pôde contar com esse auxílio, e somando a outros problemas, elas nos relatam sobre as dificuldades de conciliar o cuidado com os filhos com o trabalho fora de casa:

Tive bastante dificuldade, tive que trabalhar muito. Agora tá mais tranquilo, mas quando eles era pequenos era mais difícil, eles iam pra creche, na Rebusca⁵, porque não tinha aqui perto de casa. Todos três ficaram lá. Foram crescendo, foram pra escola, tinha uma tia que morava comigo, já faleceu, ela me ajudava muito quando eles eram pequenos. (Rosa)

Às vezes deixo ela (filha) com minha prima, às vezes na casa do meu cunhado. Tem uns lugares que ela já tá acostumada a ficar. Durante a semana às vezes ela fica em casa sozinha. No final de semana eu já não posso deixar porque é a noite. (Gardênia)

Nossa Senhora, passei bastante dificuldade! (risos). E tenho até hoje. A gente passa aperto em termos de alimentação, mais é isso, e tudo. Pra ter luz, água, gás, isso tudo passa aperto até hoje. A gente passa aperto mais dá pra levar. Hoje tem as minhas filhas mais velhas, então geralmente elas que cuidam dos piquininim. Já precisei dos outros né, mas geralmente ficava com ela mesmo (filha mais velha). (Violeta)

Por outro lado, as mulheres que eram casadas não tiveram tantas dificuldades em criar os filhos, em relação às mulheres que eram sozinhas, pois de alguma forma elas poderiam contar com os companheiros:

Eu nunca fui de deixar eles (filhos) com ninguém. Eu tinha um horário bem certinho. Eu trabalhava e deixava eles em casa, aí uma época eu trabalhava em casa eles ficavam comigo dentro de casa. Nunca saía pra nada, sempre cuidei dos dois. (Violeta)

No meu caso, na minha época, foi muito fácil cuidar dos meus filhos, em termo de alimentação e educação. Nunca faltou nada pra eles na medida do possível. (Margarida)

⁵ A Rebusca é uma instituição filantrópica que trabalha há 30 anos com crianças e adolescentes de baixa renda, e suas famílias, em Viçosa – MG, levando-os a caminharem com segurança em direção a autonomia e cidadania, através de seus programas: Centro Educacional Rebusca, Centro Estudantil, Mais Que Vencedores (MQV) e Programa Integração Mãe Criança (PIMC)<http://www.rebusca.org.br/site/quem-somos/>.

Um fator importante para a manifestação das redes de solidariedade no espaço de vivência das mulheres chefes de família é a característica em comum do bairro, a vivência do espaço específico da periferia. Os moradores do bairro Bom Jesus em sua maioria pertencem à mesma classe social, compartilham de um espaço físico semelhante e conseqüentemente dos mesmos problemas presentes nele.

Na área do bairro Bom Jesus, no qual foi realizada a pesquisa pode ser notada a precariedade de serviços, o que de certa forma “não é uma novidade numa sociedade marcada por profundas disparidades de rendimento e investimento público” (SILVA, 2007, p. 105). Segundo Vêras (2001) citado por Pacheco (2005), as classes menos favorecidas vão sentindo que aos poucos, estão sendo excluídas, por não ter acessos dignos a serviços de saúde, transporte, educação, trabalho, à segurança, entre outros serviços que são assegurados em lei, mas não são colocados em práticas em muitas áreas periféricas, seja por falta de interesse político, excesso de burocracia ou falta de um maior compromisso ou engajamento social. Nesse sentido, as redes de solidariedade não estão sendo construídas, e ocupando os espaços vazios deixados pelo poder público.

A percepção que as mulheres têm sobre o bairro, mostram claramente todos esses problemas, mas também colocam em suas falas o laço sentimental criado com a vivência no bairro, pois, mesmo relatando o que há de ruim, elas demonstram que gostam de morar no Bom Jesus,

Ah, é um bairro bom. Assim, sabe que eu já me acostumei tanto, que não tem nada que me incomode aqui não. Eu acho assim, que tudo devia melhorar, mas coisa assim que não goste... Acho que devia melhorar a escola do bairro, as ruas né, tudo né. Que a cidade inteira tá precisando né. (Rosa)

Olha, eu gosto da simplicidade do bairro. Temos a coleta do lixo, temos calçamento, temos iluminação, mas tem muita coisa que podia ser melhor, tipo calçamento. Podiam asfaltar todas as ruas porque fica melhor pra transitar. Porque quando chove tem muitas ruas que acumulam barro. Então isso aí eles vem (prefeitura) faz uma casquinha de asfalto e acha que tá bom. Aí vem a primeira chuva e arrebenta com tudo. (Margarida)

As ruas ta bem ruim, o lixo ate que tem os horários de pegar, o calçamento que ta ruim né. Gosto de tudo um pouco, o lugar, as amizades. (Gardênia)

Eu gosto daqui. Não pretendo sair daqui não, gosto demais do Bom Jesus. Tem bastante amizade aqui. De vez em quando da umas falta de água que incomoda, mas fora isso assim.... (Angélica)

Percebemos que os maiores problemas que as mulheres colocam em relação ao bairro estão ligados aos serviços públicos, principalmente quando se trata da infraestrutura, ou seja, do espaço físico. Mesmo assim, elas mostram a afetividade que possuem pelo bairro, por possuírem muitas amizades e por terem muitos parentes morando no mesmo lugar. Assim, podemos dizer que a trajetória espacial das mulheres chefes de família não é condicionada apenas pelos atributos materiais e físicos do espaço vivido, ou seja, do bairro onde moram. Não obstante a importância deste fator nas decisões, a principal mediação desse processo de deslocamento é realizada pelas relações sociais às quais elas se vinculam, de modo em que um espaço vivido dessas mulheres por ser marcado por relações de amizade e parentesco têm uma influência muito mais efetiva na decisão delas permanecerem no bairro onde moram. Em outros termos, as configurações das redes sociais, considerando a natureza das relações, é um fator decisivo na trajetória socioespacial das mulheres chefes de família.

No bairro Bom Jesus, encontra-se uma forte característica do lugar na perspectiva da Geografia Humanista, ou seja, a construção da identidade das pessoas com o seu lugar vivido. Este seria a expressão do modo de viver de um grupo específico de mulheres chefes de família e o seu mundo. “A identidade e estabilidade seriam as características centrais dos lugares” (HOLZER *apud* MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 52).

Os problemas vivenciados pelas mulheres chefes de família em seu espaço cotidiano sejam eles estruturais ou simbólicos, nos remete a teoria do “Espaço Paradoxal” apresentada por Gillian Rose, a qual afirma que as mulheres alcançam visibilidade no espaço, quando são observadas através do espaço da luta e resistência.

Essa teoria nos faz pensar nas grafias que essas mulheres deixam marcadas no espaço através da sua construção indentitária enquanto mulher chefe de família. A

construção dessa identidade, no entanto, só é possível porque é construída através de um processo de mutualidade e reconhecimento (SILVA, 2003). É um processo que muitas vezes pode vir permeado de preconceitos sobre o que é ser mulher e chefe de família. Aqui, elas falam um pouco sobre valores, normas, ideias que muitas pessoas possuem sobre o que é ser mulher e chefe de família, o que muitas vezes acaba gerando preconceitos sobre essa posição de chefia,

Não sofri preconceito por ser chefe de família não. Às vezes, pra algumas pessoas por ser mãe solteira. Por que às vezes tem pessoas que tem uma mente né. Mas, fora isso é tranquilo, não tem nenhum problema não. As pessoas que convive, sabem como é que é, até elogiam muito, que sozinha, da conta de criar três filhos, estudar, e tudo. (Rosa)

Ah, já tive preconceito, com certeza! Isso ai a gente sente, as pessoa vê a gente de outra forma, critica e você tolera porque... Elas pensam que tem alguém por trás te ajudando, de onde ta vindo (dinheiro), porque você se consegue se manter, porque nem homem hoje em dia ta conseguindo. Alguém te pergunta francamente. Esse tipo de coisa você tem que ver todo dia. (Violeta)

Porque às vezes mesmo na brincadeira, amigos do meu marido que me chamou de viúva com marido vivo. Então isso ai, é um tipo de preconceito. Meu marido sempre foi sossegado, então encostava num canto e Margarida faz. Então eu sempre assumi aquela postura de sempre pegar e fazer e não esperar. (Margarida)

Já escutei muita coisa. Por que você faz, se eu fosse você não fazia, para com isso! (Gardênia)

Agora eu não sinto muito preconceito. Quando eu tive a mais velha, ainda tinha né, porque era muito nova, era assustador um adolescente ter um filho. Mas também não ligava não. Nunca esquentei a cabeça com isso não. (Angélica)

Os relatos das entrevistadas nos mostram um pouco da representação que as pessoas fazem a respeito da sua presença e da marca que elas deixam no espaço. A concepção do outro, é o julgamento das grafias deixadas pelas mulheres no seu espaço vivido, que ora são vistas como negativas, carregadas de relações invisíveis de poder, ou de aspectos positivos, como a construção de um ideal de mulher esforçada, de uma vida difícil, mas que mesmo assim, consegue garantir a sobrevivência da sua família a partir do seu trabalho honesto. É justamente esta imagem da mulher “guerreira” que contribui para a manifestação das redes de solidariedade presente na vida dessas mulheres.

Observamos em campo, nas falas dos próprios vizinhos, a representação social construída em torno da posição dessas mulheres perante a sua família e a sociedade. Em vários momentos, inclusive na hora deles ajudarem na indicação das mulheres para a entrevista, eles ressaltavam um pouco da vida delas, como sendo mulheres trabalhadoras e responsáveis.

Um fato interessante, é que em alguns momentos, antes mesmo das pessoas saberem do objetivo do nosso trabalho, elas indicavam as mulheres para as entrevistas terminando com a seguinte fala: “ela merece”. Sentimos no peso dessa fala, que essas mulheres mereciam de alguma forma que as suas histórias sejam contadas, que as suas lutas sejam registradas. Para que assim, pudessem ganhar voz, diante da sua existência e sua condição de mulher chefe de família.

4.6. Construções identitárias em torno da posição da chefia feminina

Vários são os motivos que levam as mulheres a responsabilidade de suas famílias, tais como, o divórcio, separação, viuvez, bem como, a coabitação com um parceiro que a legitima como responsável pela renda familiar. Fato que já identificamos na história de uma das nossas entrevistadas. Apesar das mulheres estarem assumindo cada vez mais essa função de chefia, muitas delas não tem construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel (PACHECO, 2010). Mas, em nossa pesquisa, quando as mulheres foram questionadas sobre quem elas consideravam como sendo chefe de sua família, todas elas responderam como sendo elas mesmas as responsáveis pela família, mesmo aquelas que estavam casadas:

Eu mesma. Porque eu que trabalho, sustento, educo né, tudo.
Então! (Rosa)

A chefe da minha família sou eu. Porque é uma atitude que eu adaptei pra mim, pra eu cuidar dos meus filhos e da minha casa. Então, as vezes quando a mulher toma frente das coisas, ela se torna a chefe da família. Quando ela assume a responsabilidade de cuidar dos filhos, das despesas e da casa. (Margarida).

Com certeza eu! A maioria das contas é comigo, tudo da minha filha é comigo. Já comprei roupa para o marido, agora não compro mais não. (Gardênia)

Eu, com certeza! Por aqui é a minha palavra, a única. E tem que ser. É eu que tomo frente de tudo, então é eu mesmo. (Angélica).

Percebemos nesses relatos, que se reconhecer como chefe de família está intimamente ligado aos filhos e a manutenção da família. Mais uma vez, a relação de gênero está relacionada com a matriz cultural dominante, que de acordo com Scavone, 1995, utilizado por Macêdo (2007, p. 160-161),

evidencia que ainda são preservados modelos mais ou menos rígidos em torno das expectativas acerca da maternidade/maternagem e paternidade/paternagem, em que a “ética do cuidado” é supervalorizada, o que o filho ainda seja, prioritariamente, o objeto de cuidados da mãe. Assim as ideologias de gênero são a base para entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – mulher, depois, chefe de família; inclusive, é o principal fator que lhes define um lugar no mundo: tornando se chefe de família porque são mães, num contexto social que prevê um modelo de maternidade/maternagem socialmente construído, baseado na hipertrofia de suas responsabilidades parentais.

Diante dessa definição, podemos dizer que não é apenas a relação com a maternidade que as definem como chefe de família. No caso das mulheres chefes de família do bairro bom Jesus, elas se identificam com essa posição de chefia a partir da responsabilidade em relação a sua família como um todo. Esse aspecto é importantíssimo para o reconhecimento dessas mulheres diante da sua posição de chefe. Então, a maternidade representa uma característica das chefes de família quando ela passa a significar um posição de responsabilidade sobre o processo de educação e

desenvolvimento dos filhos. Esse processo exige dessas mulheres protagonismo e autonomia financeira que é alcançada através de uma ocupação que elas assumem, seja como empregada doméstica, faxineira, segurança, vendedoras ou cozinheira.

Essas mulheres constroem a sua subjetividade a partir das relações cotidianas no trabalho, na família, com os amigos e com os vizinhos. O ato de ser mãe ressignifica a sua existência diante do seu círculo de relacionamento, o que lhe confere um sentido maior nas suas responsabilidades como mulher e chefe de família. Assim, elas falam sobre o principal motivo que as tornaram chefe de família, ou seja, a responsabilidade:

A responsabilidade veio com os filhos. Porque eu tinha que criá-los né. Então, assume o papel de dona de casa, de mãe e pai, tudo junto. (Rosa)

Tive filhos e resolvi ser chefe de família, porque não tinha com quem contar. Meu ex-marido nunca apoiou muito. Então, já tomei iniciativa de começar a por pra escola, ver as necessidades. (Violeta)

A responsabilidade veio depois que eu tive meus filhos né. Então assim, eu tive que tomar rédeas da minha vida com eles. Então é eu mesmo. Eu morei junto com o pai dos dois mais novo, mas mesmo assim era mesma coisa de nada, porque quem tomava frente de tudo era eu mesmo. Então eu acostumei, eu e eu e eu. Então é só eu. E foi a partir daí que eu vi que tinha que correr atrás de tudo, porque eu tinha filho. (Angélica)

Podemos dizer que essas mulheres quando assumem a chefia de suas famílias, quebram com a permanência, mesmo que temporária, da clássica divisão de papéis que encarrega ao homem a função de provedor e a mulher a dependência e subjugação ao homem e ao lar. Mesmo a mulher se apropriando da posição maternal, “pode se pressupor também a possibilidade de rompimentos, de resistências, de redefinição de critérios, pois, o cotidiano é permeado por pequenas rupturas expressas nas ações dos sujeitos” (TESTONNI e TONELI, 2006, p. 45). Nesse caso, a ideia de ruptura, nos leva a romper com uma determinada ordem simbólica criada sobre as relações de gêneros. Falar em rompimento, também nos leva a pensar no poder que existe nas diferentes

formas de relações sociais, em especial nas relações de gênero. Nesse sentido, essas mulheres, mesmo não se atentando criticamente para isto, criam novas histórias e experiências em suas trajetórias de vida.

Assim, juntamente com a responsabilidade, notamos que essas mulheres também atribuem a sua condição e reconhecimento como chefe de família, a luta e resistência diante das situações adversas e muitas vezes preconceituosas do dia a dia. Também é importante falarmos do amor, um sentimento que manifesta quando elas falam das suas histórias de vida. Mesmo que tenham tido vários obstáculos em suas vidas, elas falam com amor, porque conseguiram e conseguem superar sozinhas as grandes dificuldades que apareceram e aparecem em suas trajetórias. E no final de tudo, o amor se transforma em esperança e na força de vontade em buscar uma vida melhor e mais digna.

E mesmo diante de vários motivos para elas serem infelizes, elas não são. Porque o amor vai além do seu espaço privado, a família. Ele também é construído no espaço público, através das suas relações com os amigos, com os vizinhos e parentes, o que permite tornar a vida mais prazerosa.

4.7. Trajetórias em construção: o que as mulheres chefes de família esperam do futuro?

A trajetória socioespacial de que estamos tratando nesse trabalho, não se restringe apenas as histórias de vida das mulheres até o momento que elas se assumem como chefes, mas também a um projeto de vida que remete a continuidade dessa trajetória para melhorar as condições de vida da sua família e a reprodução do patrimônio simbólico e material que elas conquistaram ao longo dessa trajetória.

O projeto de vida das mulheres entrevistadas está voltado, sobretudo para os filhos, em garantir a eles uma vida de oportunidades que elas não puderam ter, numa tentativa de evitar que eles passem pelas mesmas dificuldades que elas já passaram e vêm passando. Assim, as expectativas de melhoria de vida estão concentradas em si mesmas, na força do seu trabalho, em poder dar um futuro melhor para seus filhos, que estão sempre incluídos em seus planos. Exemplo dessa perspectiva pode ser observado nos depoimentos a seguir:

A minha prioridade é formar meus filhos, a minha prioridade é essa. Eu trabalho e vou continuar trabalhando pra isso. É formar e eles seguir o rumo deles né. Ver eles bem, porque pra mim o

que importa é eles. Porque eles tando bem eu to bem, então pra mim ta bom. É o que eu falo com minhas filhas aqui em casa, pra elas poder estudar, pra não ficar, ficar... A gente tem que falar com as filhas da gente pra não cair no mesmo erro. No início a gente vê que é um erro e tudo, mas depois agora, hoje em dia eu não vejo um erro pra mim mais porque eu já superei aquilo. Mas eu não quero isso pra elas. (Rosa)

Eu gostaria de conseguir um emprego melhor pra dar um conforto melhor pra meus filhos. Isso inclui meus netos. Eu espero que minhas filhas estuda. Porque eu acho que isso vai ser um grande orgulho pra mim, sabe? Delas ser o que eu não fui. E ter uma vida diferente da minha, que eu tive. (Angélica)

Além dos sonhos voltados para os filhos, as mulheres possuem projetos pessoais de melhorar de vida através de outro emprego e também pela vontade de voltar a estudar para obter uma qualificação profissional. Entretanto, algumas falas foram bem modestas, um pouco menos esperançosas em conseguir algo a mais do que habitualmente estão costumadas a ter ou viver:

Eu vou voltar a estudar. Acabar os meus estudos, pra eu ter a chance de fazer um curso e conseguir um emprego melhor. Essa vida de doméstica não da nada não! Cansa demais, Deus me livre! (Angélica)

Futuramente eu penso assim, viver minha vida bem igual eu to hoje. Não vou fazer muitos *prano* porque que faz *prano* é Deus. Se der tempo, ver os meus filhos realizados na vida deles. E sei lá, conseguir ser feliz de alguma forma. Do futuro, eu espero realizar muitos sonhos. Que é ter um carro, passear bastante. Eu acho que já trabalhei tanto que eu mereço isso. Viajar mais, conhecer mais pessoas. Se possível estudar mais um pouco mais, Por que não! (Margarida)

Não to a fim de trabalhar muito não. Vou cuidar da minha mãe, da minha irmã que especial. Não to esperando muita coisa longa

mais não, já fiz muita programação e não deu certo. Então agora, eu vou mais devagar. O que vir pra mim agora acho que vai ser lucro. (Violeta)

No momento eu não sei não, tem que viver hoje né, se melhorar é lucro. Eu não faço planos de nada não. No momento não. Eu espero que melhore bastante né, pretendo fazer minha casa, que melhore daqui pra frente, porque a casa é da minha vó. (Gardênia)

Os desejos e expectativas que as entrevistadas têm para o futuro nos mostram que mesmo elas vivenciando uma sociedade desigual, e que alguns desses sonhos possam demorar para serem realizados, elas fazem de tudo para não desistir, continuam lutando por uma vida mais digna para elas e para toda a sua família.

A partir dos relatos constatamos que as mulheres entrevistadas nesse trabalho, construíram a sua identidade como mulher chefe de família a partir da responsabilidade em manter uma família. Mesmo possuindo trajetórias socioespaciais diferentes umas das outras, todas elas se reconhecem como sendo chefes de suas famílias. A partir dessa identidade, elas buscam através do seu trabalho uma vida melhor pra elas e principalmente para o seus filhos, razão maior dos seus planos para o futuro.

Os espaços de atuação das mulheres chefes de família, como no trabalho, na comunidade, no lar, são configurados por suas lutas e resistências diárias. Contudo elas têm em seu caminho obstáculos físicos (mobilidade espacial) e simbólicos (preconceitos/relações de poder). Assim, da mesma forma que a sua identidade como mulher chefe de família influencia o seu espaço vivido, este espaço também condiciona a sua existência. Elas deixam a suas marcas no espaço, como este também influencia na construção da sua identidade.

Com isso, o espaço da periferia reforça a construção e existência das redes de solidariedade presente entre essas mulheres e o seu lugar de vivência. Elas nos mostram em primeiro plano, a negligência do Estado às áreas periféricas da cidade, mas também a solidariedade construída acerca das profundas dinâmicas das relações do lugar cotidiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho atentou-se para a importância de compreender as trajetórias socioespaciais traçadas pelas mulheres chefes de família, moradoras do bairro Bom Jesus em Viçosa-MG. Através das histórias de vida dessas mulheres, vimos que essas trajetórias são marcadas pelas relações da vida social e também pelos deslocamentos espaço-temporais. Souza (2007, p. 114), ao usar das palavras de Ratts (2004), nos diz que, a “trajetória de um indivíduo entre locais de residência, trabalho e outros, não é um mero deslocamento geométrico. Consiste no trânsito por entre espaços sociais diferenciados e distintos”, sendo eles a casa, o local de trabalho e o lazer.

A forma como as relações dessas mulheres acontecem no bairro onde moram, nos mostra o quanto a sua posição de chefia condiciona o seu espaço vivido, assim como o espaço vivido também condiciona a sua posição de mulher chefe de família. Em meio a tantas dificuldades, os relatos dessas mulheres nos mostrou que as redes de solidariedade construídas no bairro pelos amigos, parentes e vizinhos, ajudam não só nas necessidades de cuidados com os filhos e até mesmo financeira, mas também ajudam a criar um sentimento de afetividade e uma rede prazerosa de convivência. E assim, apesar do espaço físico não poder dar o suporte que essas mulheres precisam e merecem, elas contam com as pessoas que estão mais próximas e reconhecem a sua imagem como mulher guerreira e lutadora, como merecedora de um apoio diário.

A trajetória socioespacial das mulheres chefes de família, não consiste apenas no deslocamento geográfico que elas realizam no espaço urbano, mas também no deslocamento social, através das relações estabelecidas nos espaços mais próximos, como o bairro, local de vizinhança.

Assim, um dos propósitos desse trabalho foi compreender as trajetórias socioespaciais das mulheres chefes de família juntamente em seu espaço vivido. Por ser um bairro periférico, o bairro Bom Jesus possui vários problemas de infraestrutura e serviços públicos de qualidade. Apesar das mulheres chefes de família ressaltarem os problemas que mais afetam a sua mobilidade espacial, como por exemplo, a qualidade do serviço de transporte público, elas também demonstram o afeto pelo espaço de vivência.

O nosso trabalho também mostrou, que a trajetória dessas mulheres não foi fácil, e que muitos obstáculos já apareceram quando elas ainda eram crianças ou adolescentes. O fato delas terem parado de estudar para trabalhar ou até mesmo pela gravidez na adolescência, implicou na falta de oportunidades em ter uma profissão. E vimos o quanto a jornada de trabalho dessas mulheres são longas e por isso elas ainda sonham em poder estudar e ter uma profissão. Além disso, nos sonhos para o futuro, elas sempre colocam os seus filhos em primeiro plano, desejando a eles uma vida com oportunidades que elas não puderam ter.

É nessa jornada marcada por processos paradoxais de prazer e restrições que as mulheres reconhecem a sua posição de chefia e nos mostram que essa posição exige muita luta e força para vencer os obstáculos diários, sendo eles materiais ou simbólicos. Por isso, o nosso trabalho mostrou a importância dos conceitos de espaço, lugar e gênero para realizar essas reflexões. Por isso, vimos o quanto é possível à geografia fazer um diálogo em torno das questões femininas travadas no espaço geográfico.

Por fim, também temos o grande desafio de ampliar o olhar geográfico para as questões sobre a formação de novos modelos familiares, a atuação das mulheres no mercado de trabalho, as problemáticas sobre a feminização da pobreza, as políticas públicas voltadas às mulheres da periferia, entre tantas outras temáticas que envolvem a mulher chefe de família. Nessa perspectiva que nossa pesquisa insistiu sobre a necessidade de compreender as relações entre gênero e espaço. A ideia é que o conhecimento dessa relação dê maior visibilidade a mulher destacando seu importante papel como agente sócio-espacial.

Percebemos que no decorrer desse trabalho, crescemos enquanto pesquisadoras, mulheres geógrafas. Esperamos que este trabalho contribua para a visibilidade das questões femininas na produção do conhecimento geográfico, principalmente no que diz respeito à perspectiva feminina na produção do espaço e ao cotidiano. Esperamos que as discussões sobre a realidade das mulheres chefes de família possam servir de base para políticas públicas que beneficiem diretamente essas mulheres, que levam uma vida de lutas e sacrifícios, mas também de amor e esperança.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Natália Cristina. Geografia e gênero: relatos de mulheres residentes em áreas de exclusão social. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 2, p. 147-162, jul/dez, 2009.

ANDRÉ, Isabel Margarida. O gênero em geografia: Introdução de um novo tema. **Finisterra**. XXV, 50. Lisboa, 1990. p. 331-348.

BERLADINELLI, Sérgio. A pluralidade das formas Familiares e a família como insubstituível “Capital Social”. Texto traduzido pelo Prof. D; dr. Francisco de Barros Barbosa, do original italiano. In: **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. Borges, Ângela; Castro, Mary Garcia (orgs) – 1. Ed. – São Paulo: Paulinas, 2007. – (Coleção família na Sociedade contemporânea) p. 21-43.

BOLETIM DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. Edição especial, março de 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf.> Acesso em: 20 nov. 2013.

BOLETIM MULHER E TRABALHO. **Relação família e trabalho na perspectiva de gênero: a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho**. São Paulo, março de 2009 – Edição Especial. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA720D1DE37C8/Boletim_Mulher_Trabalho_Ed_Especial.pdf. Acesso em: Acesso em: 20 nov. 2013.

CAMPIGOTO, Maria do Carmo. **Relações de gênero e espaço no universo feminino do morro da pedreira – Blumenau/SC**. 2002. 161 f. Tese – Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau- FURB.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Estudos Femininos**, 6, (1), 7-33. (1998).

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Texto para discussão | 1137 |. Brasília, novembro de 2005.

COUTINHO, Elenice Aparecida. **Conflitos socioambientais urbanos: urbanos: um estudo de caso no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG**. 2010. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

DIOGO, Maria Fernanda. **De Balde e Vassoura na Mão: os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina**. 2005. 161 f. Tese –

Mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

GARCIA, Loreley. Era uma vez... o uso da história oral nos estudos de gênero. **Mneme**. V. 05. N. 11, jul./set. de 2004. – Semestral. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 22 abr. 2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 19 set. 2013.

INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS. **Notícias online**, 18 out. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514645-numero-de-mulheres-que-sao-chefes-de-familia-dobra-em-10-anos-aponta-ibge%20Acesso%20em:%2022%20de%20julho%20de%202013>> Acesso em: 22 jul. 2013

MACÊDO, Márcia dos Santos. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. Ângela Borges e Mary Garcia Castro (organizadoras) 1 ed. – São Paulo: Paulinas, 2007. – (coleção família na sociedade contemporânea).

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção Social. **Revista Formação**, nº14 volume 2 – p. 48-60, 2007.

MOTTA, Marlene François. **Espaço vivido/ Espaço pensado: o lugar e o caminho**. 2003. 161 f. Tese – Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaletNovellino.pdf> Acesso em: 18 jan. 2014.

ORNAT, Márcio José. **Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR**. Relatório Final de Iniciação Científica. UEPG, Ponta Grossa, 2005.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. **Revista de História Regional**. 12 (1). Verão. 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2243/1727>>. Acesso em: 18 set. 2013.

PACHECO, Ana Lúcia Paes de Barro. **Mulheres pobres e chefes de família**. 2005. 253 f. Tese - Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Psicologia.

PEREIRA, Ilaina Damasceno. **Lugares de Gênero**. Disponível em: http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20IlainaDamascenoPereira.ED3I.pdf Acesso em: 18 jan. 2014.

PETRINI, João Carlos; ALCÂNTRA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Família na Contemporaneidade: uma análise conceitual.** In: **Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmica.** José Euclimar Xavier de Menezes, Mary Garcia Castro (orgs.) – São Paulo: Paulinas, 2009. – (coleção família na sociedade contemporânea)

PRADO, Danda. **O que é Família.** Brasilinse. São Paulo. 1988.

Retrato social de Viçosa IV / Tancredo Almada Cruz, coordenador geral. - Viçosa, MG: CENSUS, 2012 vii, 89p.: 29 cm.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família Brasileira.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** – 4ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (coleção Milton santos; 1).

SANTOS, Minton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **Mulheres Chefes de Família e Autonomia e a Dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão.** 2008. 295 f. Tese - Doutorado em Sociologia – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SCOTT, Russell Parry. **Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas.** Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Scott_intro_mulher_chefe.pdf> Acesso em: 22 jul. 2013.

SILVA, Joseli Maria (org). **Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidade.** in: **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade.** Ponta Grossa, PR: Editora Todapalavra, 2009. 314p.

SILVA, Joseli Maria **Espaço, gênero e pobreza como elementos de análises de desenvolvimento urbano.** Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. UEPG. 2006.

SILVA, Joseli Maria Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1):31-45, Verão 2003.

SOUZA, Lorena Francisco de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas.** 2007. 126f. Tese – Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Goiás - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais- IESA.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia-GO, v.28, n.1. jan./jul. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4907/4112>> Acesso em: 15 set. 2013.

TESTONI, Raquel Jaqueline Freiburger. **Tecendo a urdidura comum com os fios específicos: Sentidos de gênero em mulheres chefes de família das camadas populares.** 2005 f. Tese – Mestrado em Psicologia - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

TUAN, Yu Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Trad. Lívia de oliveira. DIFEL: São Paulo, Rio de Janeiro, 1980.

UOL. Mulheres chefes de família não são mais pobres e nem sozinhas, diz pesquisadora [São Paulo]: UOL, 22 set. 2012. Entrevista concedida a Fernando Cymbaluk.

Disponível em:<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/22/mulheres-chefes-de-familia-nao-sao-mais-pobres-e-nem-sozinhas-diz-pesquisadora.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

WAGNER, Adriana; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista Textos & Contexto.** Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 88-97. jan./jun. 2008.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ANEXO A

Entrevista-semiestruturada direcionada as
mulheres chefes de família do Bairro Bom
Jesus

Data: ____/____/____

PESQUISA PARA MONOGRAFIA

PESQUISADORA: Leiliane Souza Bhering

TEMA: Geografia e gênero: trajetórias socioespaciais de mulheres chefes de família do bairro Bom Jesus, Viçosa-MG.

OBJETIVO GERAL: Compreender a trajetória socioespacial de mulheres chefes de família do bairro Bom Jesus e a sua relação com o espaço vivido.

PÚBLICO ALVO: mulheres chefes de família

1 – Identificação :

- Idade:
- Escolaridade
- Qual a sua ocupação? Profissão?
- Quantos anos trabalha nessa profissão?
- Quantas horas trabalha por semana?
- Gosta do que faz?
- Se pudesse escolher, mudaria de profissão? Por que?
- Tem filho (s)? Qual a idade dele (s)?
- Com que idade teve o seu primeiro filho? Tem dificuldade em criar os filhos? Com quem deixa os filhos quando tem que trabalhar ou sair?

2- Inserção e percepção da mulher no local de moradia

- Há quanto tempo mora nesse bairro?
- Por que escolheu morar aqui?
- Possui amizades no bairro?
- A sua família também mora nesse bairro?
- O que acha você acha desse bairro. O que mais gosta e menos gosta deste bairro?
- Sobre a infraestrutura do bairro, o que acha?
- Qual transporte você geralmente utiliza para ir fazer compras, para o trabalho e lazer?
- Você acha o serviço satisfatório? Quanto tempo você gasta para se deslocar?

5 – Sobre a Vida

- Quem você considerada como chefe dessa família? Por que?
- Qual o principal motivo que a tornou chefe de família?
- Fale um pouco de como era a sua vida, antes de se tornar uma mulher chefe de família? Ou de decidir trabalhar?
- Sente algum tipo de preconceito por parte da sociedade por ser uma mulher chefe família? Ou que sustenta a casa? Por quê?
- O que deseja e espera do futuro?